



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

LEONICE MONTEIRO DIAS ROCHA

**A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUANTO AO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
DE PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NO ENSINO A DISTÂNCIA**

ASSUNÇÃO/PARAGUAI

2021

LEONICE MONTEIRO DIAS ROCHA

**A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUANTO AO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
DE PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NO ENSINO A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação apresentado à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Karla Veruska Azevedo

**ASSUNÇÃO/PARAGUAI
2021**

LEONICE MONTEIRO DIAS ROCHA

**A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO QUANTO AO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES PROFISSIONAIS
DE PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NO ENSINO A DISTÂNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação apresentado à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Data de aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Nome do

BANCA EXAMINADORA

Nome do

BANCA EXAMINADORA

Nome do

Dedico esta dissertação a minha família, em especial ao meu esposo, companheiro de sempre, que nunca me deixou desanimar.

AGRADECIMENTOS

Ao Supremo Deus, que nos dá o fôlego de vida.

Ao meu amado esposo que sempre me apoia e sem ele eu não teria chegado até aqui.

Aos meus filhos, nora, genro e à minha netinha que me dão alegrias a cada dia.

A todos os professores que me apoiaram e que transmitiram conhecimentos ao longo desta caminhada acadêmica.

Ao Sr. Mauro do Instituto Pedagógico de Vitória, pelo empenho com os alunos do Curso de Mestrado, sempre transparente e seguro profissionalmente e à minha orientadora Karla, que com muita destreza me orientou em todos os aspectos metodológicos pontuando todos os assuntos tratados na pesquisa.

A todos os meus familiares que, embora acompanhem de longe, passam a segurança de uma base estruturada.

“Dá instrução ao sábio e, ele se fará mais sábio:
ensina ao justo, e ele crescerá em
entendimento.” (Provérbios 9:8)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo avaliar a gestão das instituições de ensino quanto ao incentivo às atividades profissionais de professores na aprendizagem de alunos no ensino a distância e isto inclui a produção acadêmica como construção do aprendizado. O interesse pelo tema, leva-se em consideração que os estudos referentes à produção acadêmica, contribuem para uma melhor compreensão dos saberes produzidos pelos detentores do conhecimento na área e colaboram na identificação, caracterização e descrição dos seus diferentes elementos. O Ensino a Distância tem se destacado no cenário das pesquisas sobre a produção acadêmica por sua pujante contribuição tanto para a promoção da articulação entre a teoria e a prática na formação e no trabalho docente, quanto para a constituição da identidade docente e para o desenvolvimento de ações colaborativas entre alunos, professores e gestores de instituições de ensino, uma vez que, na modalidade do ensino a distância tem-se a oportunidade de vivenciar situações de ensino e aprendizagem e de refletir sobre a prática educativa ao mesmo tempo em que se produz conhecimento e incentiva o trabalho docente como pesquisador da sua própria prática pedagógica. Este estudo utilizará da pesquisa bibliográfica a partir de materiais já publicados, compostos por livros, artigos científicos, internet, dissertações, teses, monografias e outras fontes bibliográficas se forem necessárias para a busca de informações a respeito do tema. Também, para enriquecer à pesquisa bibliográfica que será feita, terá como complemento uma pesquisa documental onde se fará um levantamento sobre as produções acadêmicas em dissertações e teses apresentadas e já defendidas, do Curso de Educação na Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, tomando por base o período de 2017 a 2020, cuja temática destas produções sejam relacionadas ao ensino a distância. Somada às pesquisas bibliográfica e documental, será feito uma pesquisa de campo do tipo exploratória, onde se fará uma coleta de dados em formato de questionário que será respondido por um grupo de professores da UFES, visando uma maior proximidade com o tema, buscando respostas aos problemas e hipóteses apresentadas.

Palavras-chave: Produção acadêmica. Educação a distância. Construtivismo.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo evaluar la producción académica como construcción del aprendizaje en la educación a distancia. El interés por el tema, se toma en cuenta que los estudios relacionados con la producción académica contribuyen a una mejor comprensión del conocimiento producido por los poseedores del conocimiento en el área y colaboran en la identificación, caracterización y descripción de sus diferentes elementos. La Educación a Distancia se ha destacado en el escenario de la investigación sobre la producción académica por su potente aporte tanto a promover la articulación entre teoría y práctica en la formación y el trabajo docente, como a la constitución de la identidad docente y al desarrollo de acciones colaborativas entre estudiantes, docentes y gestores de instituciones educativas, ya que, en la modalidad de aprendizaje a distancia, se da la oportunidad de vivir situaciones de enseñanza y aprendizaje y de reflexionar sobre la práctica educativa mientras se produce conocimiento e incentiva la labor docente como investigadora de la propia práctica pedagógica. Este estudio utilizará investigaciones bibliográficas de materiales previamente publicados, constituidos por libros, artículos científicos, internet, disertaciones, tesis, monografías y otras fuentes bibliográficas si fuera necesario para buscar información sobre el tema. Asimismo, para enriquecer la investigación bibliográfica que se realizará, se contará como complemento con una investigación documental donde se realizará un relevamiento sobre las producciones académicas en disertaciones y tesis presentadas y defendidas, del Curso de Educación de la Universidad Federal de Espírito Santo-UFES, tomando como base el período de 2017 a 2020, cuya temática de estas producciones están relacionadas con la educación a distancia. Sumado a la investigación bibliográfica y documental, se llevará a cabo una investigación de campo exploratoria, donde se recolectarán datos en formato de cuestionario que serán contestados por un grupo de profesores de la UFES, buscando una mayor proximidad al tema, buscando respuestas a los problemas e hipótesis presentados.

Palabras clave: Producción académica. Educación a distancia. Constructivismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Curso tecnológicos.....	46
Ilustração 2 – Gráfico nº 2 – Pesquisa realizada pelo Datafolha	48
Ilustração 3 – Gráfico nº 3 – Tecnologias educacionais utilizadas em cursos a distância.....	61
Ilustração 4 – Gráfico nº 4 – Dissertações defendidas de Mestrado Acadêmico em Educação /UFES, durante o período de 2017/2020.....	70
Ilustração 5 – Gráfico nº 5 – Autores de citações recorrentes durante a produção acadêmica em Educação com temática no ensino a distância.....	71
Ilustração 6 – Gráfico nº 6 – Teses defendidas de Doutorado em Educação/UFES, durante o período de 2017 a 2020.....	73
Ilustração 7 – Gráfico nº 7 – Autores de citações recorrentes durante a produção acadêmica em Educação com temática no ensino a distância.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– LDB nº 9394/96 e a Educação Básica	31
Quadro 2– Etapas para a oferta de um Curso ou Programa EAD	36
Quadro 3– Momentos da evolução dos métodos e formas utilizadas para o EAD no Brasil	38
Quadro 4– Políticas Públicas Educacionais	55
Quadro 5– Metas para os primeiros 100 dias do Governo Jair Messias Bolsonaro.....	57
Quadro 6– Modelos de Educação a distância usados no Brasil.....	60
Quadro 7– Dissertações defendidas de Mestrado Acadêmico em Educação /UFES, durante o período de 2017/2020.....	69
Quadro 8– Teses defendidas de Doutorado em Educação/UFES, durante o período de 2017 a 2020.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD – Ensino a Distância

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

IES – Instituições de Ensino Superior

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

CNE – Conselho Nacional de Educação

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

TICs – Tecnologias da informação e comunicação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

CFE – Conselho Federal de Educação

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ONGs – Organizações não Governamentais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SEED – Secretaria de Estado da Educação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema.....	13
1.2	Problematização	14
1.3	Hipótese	16
1.4	Objetivos	16
1.4.1	Geral.....	16
1.4.2	Específicos	16
2	MARCO TEÓRICO	17
2.1	O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL E SUAS BASES LEGAIS	19
2.1.1	A Constituição Federal de 1988.....	23
2.1.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996	24
2.1.3	Políticas educacionais de ensino a distância.....	40
□	Governo Fernando Henrique Cardoso	40
□	Governo Luiz Inácio Lula da Silva	41
2.2	A APLICAÇÃO DO CONSTRUTIVISMO NO ENSINO A DISTÂNCIA	50
2.3	PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	58
2.4	PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO A DISTÂNCIA	62
2.4.4	A Produção Acadêmica Quanto ao Incentivo ao Ensino a Distância em Curso de Mestrado e Doutorado	70
2.4	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA EAD NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	72
2.4.1	A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA PARA MESTRANDOS E DOUTORANDOS	75
2.3.	Erro! Indicador não definido.
3	MARCO METODOLÓGICO	78
3.1	MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES.....	78
3.1.1	Dissertações de Mestrado.....	78
3.1.2	Teses de Doutorado.....	82

1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação a distância, implica olhar para seus agentes, especialmente o profissional que operacionaliza e planeja o processo: o educador. Essas reflexões caminham no sentido de repensarmos a profissionalização dos educadores. A profissionalização está atrelada à identidade profissional dos educadores, haja vista que dela irá desmembrar a processo da sua prática. Certamente essa discussão retoma vertentes relacionadas à gestão das instituições de ensino quanto ao incentivo às atividades profissionais de professores na aprendizagem de alunos no ensino a distância.

A produção acadêmica como instrumento de aprendizado no ensino a distância pode ser um fator importante para determinar o sucesso de uma instituição de ensino que oferece a modalidade do ensino a distância. Além da qualidade do próprio curso, que é o aspecto mais importante que determina a qualidade da educação a distância, o aspecto da pesquisa para melhorar a qualidade do ensino é fundamental uma vez que a produção acadêmica faz parte de uma das abordagens sistemáticas que constituem a educação a distância e, a partir disso são derivados os itens de avaliação do conteúdo e do efeito da oferta de estratégias de ensino-aprendizagem e tipos de programa na satisfação do aluno com o conteúdo produzido.

A evolução acelerada das tecnologias trouxe uma nova modalidade de ensino em um espaço de sala de aula virtual onde todos recebem o ensino escolhido, a qualquer hora e em qualquer lugar, ao invés da sala de aula tradicional, onde todos estão reunidos em um só lugar presencialmente. Com a chegada das aulas remotas, várias formas de comunicação que podem atender às necessidades e valores dos alunos tornaram-se possíveis, e a resolução de problemas de ordem superior tornou-se possível por meio do trabalho colaborativo com colegas que têm vários pontos de vista. Por meio da produção acadêmica entre os mais diversos campos científicos de pesquisa, várias oportunidades de compartilhamentos, recursos e informações foram desenvolvidas.

Também é muito importante olhar para a educação a distância do ponto de vista operacional e de uma abordagem holística de gestão da qualidade, mas, acima de tudo, o fator que determina diretamente a qualidade da educação está na qualidade do próprio conteúdo. Também é apoiado pelas opiniões dos membros da universidade remota que o nível de qualidade do conteúdo é um fator chave na universidade remota.

O Ensino a Distância se insere no bojo das exigências do Governo Federal de democratização do ensino superior para a qualificação do ensino na Educação Básica. Desse modo, essa problemática será contextualizada pela formação no âmbito da educação a distância,

considerando as políticas públicas educacionais e a produção acadêmica que permeiam essa modalidade.

Quanto a isso, serão utilizados documentos federais como base, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), os Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância (2007) e demais resoluções, decretos e pareceres do Ministério da Educação e Cultura – (MEC) quanto ao Ensino a Distância. A Educação a Distância está prevista no Artigo 80 da atual LDB como modalidade de ensino a ser incentivada pelo poder público na veiculação de programas em todos os níveis de ensino. Em 2005, o Decreto nº 5622 regulamenta esse Artigo, e caracteriza a educação a distância como modalidade que utiliza meios e tecnologias de informação e comunicação, segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares.

Assim, a mediação didático pedagógica entre professores e alunos bem como suas atividades, podem ser desenvolvidas em tempos e lugares diversos. Contudo, deverão possuir a mesma duração que a modalidade presencial. Quanto a oferta de educação superior a distância, o Art. 20 desse decreto discorre que as instituições com autonomia universitária poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade.

1.1 Problema

Mediante as mudanças que se vive dia após dia e, principalmente o avanço tecnológico que tem tomado espaço dentro das empresas, instituições de ensino e de todas as atividades sociais do homem, sejam no lazer ou no trabalho, é inaceitável que detentores do saber, continuem inertes a este desenvolvimento tecnológico. Contudo, depara-se com o problema da falta de conhecimento e de informação, tanto dos educadores quanto das instituições de ensino e isto tem interferido no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Neste sentido, grandes desafios estão propostos aos professores do ensino a distância e tais desafios vão além de um currículo escolar, mas carece que professores e dirigentes das Instituições de ensino se unam para obter um planejamento estratégico onde cada um profissional contribua com suas produções acadêmicas e pesquisas voltadas para as práticas pedagógicas do ensino a distância.

O professor deve ser capaz de projetar complexos eletrônicos educacionais e metodológicos; gerenciar as atividades educacionais dos alunos remotamente, móvel, levando em consideração suas necessidades educacionais em constante mudança. Tais experiências e maleabilidade para repensar sobre as práticas pedagógicas empregadas no ensino a distância,

requer mudanças conceituais dos profissionais da educação, que passarão a ter uma nova forma de pensar a educação e suas práticas pedagógicas buscando estratégias que integrem a educação aos meios tecnológicos disponíveis.

A educação a distância já vem sendo uma realidade no Brasil e tomou força após as dificuldades da realização do ensino presencial nas escolas por causa da pandemia. As Instituições de ensino tiveram que rapidamente se adaptarem para migrar para esta nova modalidade de ensino, mas a pergunta que fica é: há um incentivo por parte das instituições de ensino para que alunos em nível de mestrado e doutorado façam as suas produções acadêmicas voltadas para as práticas pedagógicas no ensino a distância?

1.2 Problematização

A pandemia do Covid 19, trouxe a necessidade do ensino remoto e acelerou a busca por novas estratégias pedagógicas com a inclusão da tecnologia, e como visto anteriormente, o problema da falta de conhecimento e de informação, por parte de educadores e instituições de ensino, não pode interferir neste desenvolvimento quanto às práticas pedagógicas e que há uma necessidade de capacitação profissional que, embora consolidada em alguns lugares, ainda requer um olhar mais cauteloso quanto às produções acadêmicas voltadas para as práticas pedagógicas no ensino a distância.

Neste sentido, considerando que a partir da situação-problema gerada, através da construção de uma pergunta, que norteará todo o processo de pesquisa, serão elaboradas outras três perguntas na interrogativa.

1. Qual são as disposições legais que tratam do ensino a distância no Brasil?
2. Qual a participação e teorias do construtivismo no processo de aprendizagem de docentes e discentes no ensino a distância?
3. Quais os prováveis fatores que levam à falta de preparo dos professores, a falta de conhecimento e alguns paradigmas quanto ao ensino a distância?
4. Qual o período, dentro da limitação de 2017 a 2020, se destaca quanto à produção acadêmica, voltada para o ensino a distância, de alunos do Curso de mestrado e doutorado em educação na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e quais autores têm se destacado quanto à pesquisa bibliográfica para a construção destas produções acadêmicas?
5. O que impede a produção acadêmica no ensino a distância?

A escolha do tema de pesquisa se deu por tratar-se de um assunto relacionado à educação, em especial a educação a distância, que neste período de pandemia de Covid-19 tem

fomentado diversos debates na área educacional. Os professores e alunos necessitam conhecer as multiformes tecnologias aplicadas no ensino a distância e as instituições de ensino precisam incentivar esta busca através da produção de textos acadêmicos para que, por meio deles, práticas pedagógicas aconteçam.

Neste sentido, o tema desta pesquisa pretende colaborar para que profissionais da educação, que desejam se aprimorar no ensino a distância, possam compreender cada vez mais a importância da produção acadêmica como instrumento de informação e aprendizado na prática pedagógica com alunos do ensino a distância. É importante assuntos relacionados à temática desta pesquisa, pois vive-se em uma sociedade altamente voltada para a informação tecnológica e adaptar o ensino presencial ao ensino a distância é uma tarefa que requer conhecimentos, informações sobre a nova metodologia de ensinar virtualmente.

Bacich e Moran (2018, p. 255) falam sobre as novas conexões entre as informações e a necessidade do aprendizado para usufruir desta modalidade de ensino transformadora:

O computador oferece versatilidade e diversidade de uso, configurando-se como um importante aliado do trabalho docente. Com o auxílio da máquina, as redes e novas conexões formadas ampliam-se de tal maneira que estabelecer conexões entre todas essas informações requer um aprendizado prático e não teórico. Só há possibilidade de aprender a fazer um uso integrado das tecnologias digitais se estudantes e educadores fizerem uso desses recursos em situações reais de aprendizagem, atuando de forma colaborativa e vivenciando situações em que as TDIC possibilitem um posicionamento crítico e, conseqüentemente, favoreçam uma aprendizagem realmente transformadora.

Professores e alunos precisam se envolver cada vez mais com as novas tecnologias, buscar conhecer a operacionalidade para que possam acompanhar o desenvolvimento, as transformações sociais que o país vem passando com os avanços tecnológicos. Porém, vale considerar que alguns ainda não se atentaram, ou sejam, não participam de forma plena deste novo panorama e, por tal indiferença, não buscam uma formação, uma capacitação para atualização de suas práticas profissionais e isso, na área da educação, principalmente na modalidade do ensino a distância, requer um olhar mais aguçado destes profissionais que atuam mediadores do conhecimento.

Neste período de pandemia., a situação tem se agravado mais e a necessidade de informação sobre o tema proposto faz-se necessária. Cordeiro (2020, p. 12) cita que:

No Brasil, os próprios professores e os alunos vêm manifestando em pesquisas de opinião recentes a intenção de que os recursos tecnológicos façam cada vez mais parte do cotidiano escolar. Contudo, é preciso reconhecer que o País ainda está longe desse cenário, dado que muitas escolas enfrentam o desafio da conectividade, há grande heterogeneidade no acesso a recursos tecnológicos entre classes sociais e muitos professores não possuem formação específica para lidar pedagogicamente com os recursos tecnológicos.

É necessário que as instituições de ensino se motivem, se preparem para enfrentar esses impactos negativos da pandemia relativos à área educacional e se reinventar, pois um cenário novo está sendo apresentado, atribuindo desafios totalmente diferentes da normalidade.

1.3 Hipótese

Dentro desta perspectiva alcançada até aqui, a hipótese levantada por esta pesquisa é que: embora haja um acelerado desenvolvimento tecnológico e aumento de alunos matriculados no ensino a distância, é necessário que professores, alunos e instituições, principalmente em nível de mestrado e doutorado busquem aprimoramento quanto as produções acadêmicas voltadas para a temática do ensino a distância.

As instituições de ensino podem criar uma política de difusão das produções acadêmicas voltadas para o ensino a distância, levando alunos e professores às informações do uso das tecnologias e práticas pedagógicas utilizadas no ensino a distância para que outros profissionais da educação encontrem soluções para os seus problemas cotidianos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Avaliar a produção acadêmica com temática sobre o ensino a distância de estudantes do Curso de Mestrado e Doutorado em Educação da UFES.

1.4.2 Específicos

Tem-se como objetivos específicos o seguinte:

- a) Analisar a literatura científica e pedagógica e documentos da política educacional do Estado, para caracterizar a compreensão moderna dos conteúdos e formas de implementação da EAD no sistema geral de ensino e sua legislação.
- b) Elencar algumas estratégias utilizadas pelas Instituições de Ensino quanto ao incentivo e treinamento de professores na prática educativa do ensino a distância, por meio da produção acadêmica.
- c) Apresentar a composição e as formas do ensino a distância na educação geral.

2 MARCO TEÓRICO

Essa pesquisa se caracterizará por uma etapa documental bibliográfica e outra de campo. Quanto à etapa documental, Lüdke e André (2013, p. 1-2) ensinam que:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se, assim, de uma ocasião privilegiada, reunindo o pensamento e ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas.

Buscar-se-á enriquecer esta dissertação com uma bibliografia ampla e organizada das pesquisas, produções acadêmicas e assuntos discutidos atualmente quanto a importância da produção acadêmica na formação de professores do ensino a distância e utilizará como fontes de pesquisa alguns artigos, periódicos publicados na Base Scielo, bem como, os trabalhos apresentados nos congressos mais expressivos na área da Educação, especialmente com temáticas do ensino a distância.

Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica é uma excelente ferramenta que traz para o pesquisador as informações teóricas de conhecimento e o aprendizado com “rigor científico” que colaboram com a produção acadêmica trazendo originalidade aos trabalhos produzidos em cada área de pesquisa que, conforme citam os professores Dias e Goi (2016, p. 8): “[...] rigor científico quer dizer que todas as afirmações da pesquisa devem se submeter a métodos científicos, confiantes, exigentes e detalhistas para terem valor acadêmico. A dureza e a rigidez vêm da confiança dos métodos aplicados.”

Registrar a bibliografia dos documentos pesquisados e produzidos, é de suma importância, além de ter uma metodologia que facilita as prescrições dos dados pesquisados e Severino (2017, p.39) pontua que:

A documentação bibliográfica deve ser realizada paulatinamente, à medida que o estudante toma contato com os livros ou com os informes sobre os mesmos. Assim, todo livro que cair em suas mãos será imediatamente fichado. Igualmente, todos os informes sobre algum livro pertinente à sua área possibilitam a abertura de uma ficha. Os informes sobre os livros são encontrados principalmente nas revistas especializadas, nas resenhas, nos catálogos etc.

Ainda, Ventrone (2012, p. 885), ao fazer referência à pesquisa bibliográfica, diz que: “[...] reconhece o status político e epistemológico dos documentos, pois eles estabelecem a relação entre discursos e práticas no campo da educação”.

Já na etapa da pesquisa de campo, será quantitativa-descritiva, onde será realizada a análise das produções acadêmicas com temática sobre o ensino a distância de estudantes do

Curso de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e, no intuito de responder o problema abordado na pesquisa, se fará um questionário avaliativo que será respondido por professores da área da educação na UFES.

A fim de buscar sistematizar e atender ao objetivo explicitado, este estudo será dividido em dois subitens onde serão abordados o ensino a distância no Brasil e suas bases legais quanto ao incentivo à produção acadêmica e assuntos relacionados à legislação que orienta a formação de professores e o ensino a distância no Brasil.

Também se buscará, através de uma leitura bibliográfica, informações sobre as produções acadêmicas de professores, alunos e gestores da educação, sobre a temática do ensino a distância.

2.1 O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL E SUAS BASES LEGAIS

No sentido da palavra propriamente dita, o ensino a distância tem seu foco direcionado mais à distância no espaço e propõe uma mediação por meio do uso de tecnologias.

Existem diversos conceitos para definir a educação a distância e neste contexto, tem-se o conceito de Chaves (1999) que ao fazer referência ao ensino a distância, diz que:

A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.

Conceito apresentado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (2021, n.p.):

Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

O desenvolvimento da educação a distância caminhou juntamente com a evolução das tecnologias da informação e comunicação. Além disso, a evolução no ensino a distância não se deu apenas na evolução da tecnologia, mas faz parte de uma evolução histórica.

De acordo com Nunes (2011), a educação a distância constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância.

Novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da internet torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados.

A qualidade dos cursos à distância depende, em grande parte, da qualidade da tutoria. Assim, a seleção, a capacitação, o acompanhamento e a avaliação dos professores-tutores são consideradas atividades estratégicas. Na prática, essa qualidade deve traduzir-se no domínio das disciplinas ministradas, na capacidade de organizar e orientar didaticamente o processo de ensino-aprendizagem a distância, e na utilização das ferramentas tecnológicas que servirão de instrumento ao professor.

De acordo com Murta (2011, p. 6), ao se pensar em uma Educação a distância, deve-se sobretudo: “[...] olhar a educação na perspectiva do alcance de objetivos que deixem claras as posições político-metodológicas da proposta educativa que se quer desenvolver.” Ao se falar em práticas da vida acadêmica dos professores, no que concerne a produção de textos relacionados a formação docente no ensino a distância, Severino destaca (2009, p. 49):

Os maiores obstáculos do estudo e da aprendizagem, em ciência e em filosofia, estão diretamente relacionados com a correspondente dificuldade que o estudante encontra na exata compreensão dos textos teóricos. Habitados à abordagem de textos literários, os estudantes, ao se defrontarem com textos científicos ou filosóficos, encontram dificuldades logo julgadas insuperáveis e que reforçam uma atitude de desânimo e de desencanto, geralmente acompanhada de um juízo de valor depreciativo em relação ao pensamento teórico.

No que diz respeito ao Ensino a Distância no Brasil e seus impactos quanto a formação de professores, é sabido que em muitos países da Europa, a Educação a Distância evoluiu tendo como ponto de partida a pedagogia da sala de aula a qual é utilizada como estratégia para uma complementação do aprendizado regular e da profissionalização, principalmente dos professores.

A formação docente para um melhor desempenho quanto as práticas pedagógicas no ensino a distância, tem sido motivo de preocupação por parte dos governos federais, estaduais e, inclusive, municipais. Conforme ensina Nóvoa (2010, p.64): “O desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos professores passa pela produção de saberes e de valores que possam dar corpo a um exercício autónomo da profissão docente.”

Os professores Litto e Nóvoa (2012, p. 26) apoiam o estímulo a uma perspectiva crítico-reflexiva do professor quanto ao seu protagonismo e ao seu reconhecimento como pesquisador de sua própria prática.

Ainda, para ter uma melhor compreensão sobre os impactos quanto a formação de professores, se fará necessária a compreensão de que a educação a distância surgiu em nosso país à margem da educação formal e convencional, uma vez que objetivava atender a indivíduos situados a longas distâncias geográficas, economicamente e socialmente desprivilegiados. O perfil deste aluno, à época, não era claro e para alcançá-lo eram utilizados os recursos disponíveis em cada época (cartas, apostilas, rádio, televisão etc.), caracterizando uma metodologia de ensino ainda mais diversa da educação acadêmica regular.

Sobre o posicionamento do professor como sujeito crítico, tem-se o entendimento de Nóvoa (2013, p. 29):

É preciso ir além dos "discursos de superfície" e procurar uma compreensão mais profunda dos fenómenos educativos. Estudar. Conhecer. Investigar. Avaliar. Caso contrário, continuaremos reféns da demagogia e da ignorância. As mudanças nas

escolas estão, por vezes, tão próximas que provocam um efeito de cegueira. Só conseguiremos sair da penumbra através de uma reflexão colectiva, informada e crítica.

Existem muitas dificuldades por parte de algumas Instituições de Ensino em preparar os professores para a utilização das novas tecnologias, pois muitas vezes não possuem as ferramentas adequadas e têm que fazer uso dos meios convencionais de aprendizagem. Assim: “As instituições de ensino superior não dispõem ainda de tradição na área. Os docentes dessas instituições, de um modo geral, não estão ainda preparados para uma atuação integrada/interdisciplinar, articulando teoria e prática” (SETTE; AGUIAR; SETTE, 2007, p. 41).

Para que as Instituições de Ensino tenham o retorno do seu corpo docente, quanto as habilidades na utilização das novas tecnologias, deverão mudar a concepção vigente sobre a prática e a teoria, e possibilitar formação com ferramentas adequadas para que os professores tenham êxito em suas atuações pedagógicas.

Conforme afirma Sanches (2001, p. 72): “É importante prevenir em vez de remediar, aplicar a vacina em lugar de tomar o antibiótico. Um aprendem melhor se ouvirem, outros se visualizarem, outros se experimentarem, mas todos aprendem melhor se usarem uma estimulação multissensorial”.

Compreende-se, desse modo, a relevância do uso de tecnologias em todos os níveis de ensino em seu sentido amplo, e da modalidade EaD no Ensino Básico. A intenção deste projeto de pesquisa é a de ampliar possibilidades de diálogos entre professores e alunos nas diferentes demandas que envolvem o ensino e as experiências de conhecimento. Sem dúvidas, trata-se de uma importante oportunidade de discutir e ampliar possibilidades para o trato com o ensino a distância, como tem sido a gestão das Instituições de Ensino quanto ao incentivo da produção acadêmica e para conhecer os profissionais da educação que têm se dedicado a produção de textos acadêmicos sobre o assunto do ensino a distância.

O sistema educacional brasileiro tem suas origens na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional - LDB de 1996. A LDB é a Lei que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. O Conselho Nacional de Educação - CNE é o responsável por questões educacionais.

O ensino a distância começou a despontar nas instituições de ensino brasileiras após o estabelecimento da Lei n.º 9.394 de 1996, quando foi regularizada validando a modalidade do ensino a distância para todos os níveis de escolarização. O credenciamento das faculdades teve início no ano de 1999, por intermédio do Ministério da Educação – MEC.

Embora o ensino remoto tenha sido regulamentado pelo MEC, ninguém estava preparado para fazer uso desta modalidade de ensino, portanto instituições de ensino, professores, alunos e familiares tiveram que se adaptar rapidamente às aulas remotas.

Neste sentido, necessário se faz detalhar a organização da política educacional brasileira, aspectos básicos, conceitos importantes, contidos na Constituição Federal, na LDB e regulamentações posteriores de alguns de seus artigos para que se possa alcançar os a compreensão a que se refere este capítulo.

O aumento da utilização da tecnologia no ensino tem evoluído paralelamente à evolução da ciência e com isso tornando cada vez mais possível as transformações nas instituições de ensino, em especial a ascensão do Ensino a Distância. Esta evolução amplia as oportunidades empresariais e capacitação humana. Vale ressaltar que, tal evolução, está diretamente ligada ao: “[...] surgimento da sociedade baseada em informação e da explosão do conhecimento.” (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 167), permitindo que pessoas possam se comunicar com rapidez, sem ter barreiras que dificultem o acesso de localização.

Neste sentido, tem-se o entendimento de Maia (2013, p. 13) ao dizerem que:

O crescimento do mercado de educação a distância (EaD) é explosivo no Brasil e no Mundo. Dados estão disponíveis por toda parte: cresce exponencialmente o número de instituições que oferecem algum tipo de curso a distância, o número de cursos e disciplinas ofertados, de alunos matriculados, de professores que desenvolvem conteúdos e passam a ministrar aulas a distância, de empresas fornecedoras de serviços e insumos para o mercado, de artigos e publicações sobre EaD, crescem as tecnologias disponíveis, e assim por diante.

O primeiro passo para se ter uma compreensão sobre os Aspectos Legais, Políticos e Organizacionais da Educação Brasileira, começa por compreender no que consiste o Direito Educacional. Para Joaquim (2011), é o conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos, que versam sobre as relações de alunos, professores, administradores, especialistas e técnicos, envolvidos, mediata ou imediatamente, no processo ensino-aprendizagem.

Compreender o alcance do Direito Educacional é fundamental para todos aqueles que pretendem trabalhar com a educação, uma vez que os preceitos e ordenamentos jurídicos são responsáveis pela organização e funcionamento do sistema escolar brasileiro. Isso significa que o sucesso ou fracasso da Instituição escolar depende dos regulamentos jurídicos da sociedade. Peres (1991) define o Direito Educacional como um ramo especial do Direito, que compreende um já alentado conjunto de normas de diferentes hierarquias; diz respeito, bem proximamente, ao Estado, ao educador e ao educando; lida com o fato educacional e com os demais fatos a ele relacionados; rege as atividades no campo do ensino e/ou de aprendizagem de particulares e do poder público, pessoas físicas e jurídicas, de entidades públicas e privadas.

Melo Filho (1983) colabora com o entendimento sobre o tema afirmando que este pode ser entendido como um conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados, que objetivam disciplinar o comportamento humano relacionado à educação. Impondo-se como matéria curricular e como disciplina autônoma. O Direito Educacional distingue-se inteiramente de outras disciplinas jurídicas, pois envolve o estudo e o ensino de relações e doutrinas com as quais nunca se havia preocupado o direito tradicional em qualquer dos seus ramos.

De acordo com Joaquim (2011), em termos de trajetória histórica, é possível afirmar que o Direito Educacional surge em 1549, no Brasil Colônia com os primeiros jesuítas e educadores e teve sua base jurídica na Constituição de 1824 e nas demais Constituições brasileiras, até a de 1988. Já a sistematização do Direito Educacional tem como marco o 1º Seminário de Direito Educacional, realizado em 1977, na cidade de Campinas/SP. Na década de 1990. As discussões, em torno do tema, se ampliam com a oferta de seminários, congressos, simpósios e conferências.

Para o Direito Educacional ser praticado na sociedade, é necessário que exista a Legislação Educacional, ou seja, sua fonte normativa. De acordo com Joaquim (2009), a legislação educacional brasileira foi elaborada ao longo dos cinco séculos de história do Brasil, mas não havia um texto único que congregasse todas as normas em vigor e aplicadas nas relações educacionais.

2.1.1 A Constituição Federal de 1988

Quanto a Constituição Federal de 1988, é necessário considerar que na hierarquia das leis de nosso sistema jurídico, acima de tudo, encontra-se a Constituição da República Federativa do Brasil e, abaixo desta e nesta ordem, temos: Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias. A diferença, entre estas, reside no fato de que a emenda é a única capaz de inserir texto na Constituição Federal e as demais, complementam ou regulam a Constituição. A diferença entre Leis Complementares e Leis Ordinárias reside no quórum mínimo para aprovação: as primeiras exigem maioria absoluta para aprovação e as últimas, maioria simples.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe, privativamente, à União legislar sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional (art. 22, inc. XXIV). Com esse dispositivo, pode-se inferir que é exclusivamente matéria a ser definida pelo Congresso Nacional, não podem os Estados e Municípios estabelecerem as diretrizes e bases da educação. Com o art. 23, inciso V, fica estabelecida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito

Federal e dos municípios “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.” Consta-se com este dispositivo constitucional que, nesse caso, as leis, decretos, normas e resoluções exaradas por casas legislativas destes, somente poderão regular matéria abaixo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, referente a estes serviços ou atividades (o acesso à cultura, à educação e à ciência).

Tem-se, também, outro dispositivo constitucional que estabelece que os Estados, Municípios e o Distrito Federal, possam legislar concorrentemente com a União em matéria de educação, cultura, ensino e desporto (art. 24, inciso IX).

2.1.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996

Pode-se afirmar que, além dos dispositivos constitucionais, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” ou, simplesmente, “LDB”, delineou-se novas perspectivas para a educação brasileira e por causa da flexibilidade de seus dispositivos, poucas alterações substanciais ocorreram desde sua promulgação.

O que seria a LDB? LDB quer dizer Lei de Diretrizes e Bases. Para Motta (1997, p. 91): “[...] diretriz “como substantivo, é a linha que mostra o caminho, define objetivos e tendências e significa direção orientação”, já **bases** “são os alicerces que servem de apoio a uma estrutura ou de sustentáculo a uma construção.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Ordinária em matéria de hierarquia no nosso sistema jurídico, estabelece os caminhos, objetivos e tendências da educação no Brasil, sendo um importante para a estrutura da educação no país. O Brasil, ao longo de sua história, teve três LDB’s: a primeira foi criada em 1961, uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996 e é intitulada de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta Lei também é conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, nome dado a ela em homenagem ao educador de mesmo nome.

Atualmente, a LDB é composta por 100 artigos que abordam os mais diversos temas da educação brasileira, compreendendo desde a educação infantil até a educação superior. A LDB reconhece a educação como resultante de processos formativos amplos oriundos da convivência em família, no trabalho, na sociedade e em instituições de ensino e pesquisa.

De acordo com o que apresenta a LDB nº 9394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a Educação Básica e a Educação Superior. Na Educação Básica tem-se:

Quadro 1 - LDB nº 9394/96 e a Educação Básica

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio (Antigo 2º grau):
<p>Engloba as creches, orientadas ao atendimento de crianças com idade entre 0 e 3 anos, e as pré-escolas, direcionadas a crianças de 4 e 5 anos. A Educação Infantil é gratuita nos estabelecimentos públicos, mas não obrigatória em sua maior parte, dos 0 aos 3 anos, estando sob a competência dos municípios.</p>	<p>Está dividido em anos iniciais do 1º ao 5º ano, e anos finais do 6º ao 9º ano. O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o Ensino Fundamental, atualmente estes atendem aos anos iniciais e os Estados, os anos finais.</p>	<p>Está sob a responsabilidade dos Estados e tem por característica ser técnico profissionalizante, ou não.</p>

Fonte: Próprio autor.

Já a Educação Superior é de competência da União, podendo ser oferecida por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais são responsáveis em sua totalidade. Cabe à União, conforme esclarece o inciso IX do artigo 9: “[...] autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.” (BRASIL, 2021).

A LDB conta, ainda, com algumas modalidades de educação, que podem estar presentes em todos os níveis da educação nacional, tais como a educação especial, educação a distância, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e a educação indígena.

A Lei nº 9394/96 aborda, também, temas como “gestão democrática” e institui diretrizes curriculares. A gestão democrática implica que cada um dos sujeitos do processo educativo tem seu papel definido e precisa realizá-lo a contento para que a escola consiga construir seus processos de ensino-aprendizagem de maneira satisfatória. É importante notar o papel de destaque das famílias nesse processo.

O artigo 12 fala sobre o papel da escola e a destaca como responsável por elaborar a proposta pedagógica, administrar pessoal, além dos recursos materiais e financeiros. A escola é ainda responsável pelo cumprimento do calendário de dias letivos e das horas-aula previstas, e é quem vai zelar pelo plano de trabalho do docente. Cabe à escola, também, elaborar os meios de recuperação aos alunos que não atingiram as metas; a integração entre a instituição, as famílias e os demais membros da sociedade, e até mesmo encaminhar a notificação ao conselho

tutelar caso o aluno apresente mais de 50% de faltas, respeitadas as normas comuns e do seu sistema de ensino.

O artigo 13 aborda a função do corpo docente, alertando que este, precisa participar na elaboração da proposta pedagógica da escola e, também, nos conselhos escolares; elaborar e cumprir planos de trabalho, além de zelar pela aprendizagem do aluno. Ao docente cabe estabelecer estratégias de recuperação de rendimento, além de colaborar com a articulação entre a escola, família e sociedade.

A LDB determina que diretrizes curriculares têm de ser consideradas na elaboração dos currículos pertinentes a cada um dos níveis educacionais. Para ficar mais claro, pode-se tomar como exemplo a Educação Básica. O art. 26 define que o currículo terá uma base nacional comum e parte diversificada a ser completada em cada sistema e estabelecimento de ensino, isto garante que se tenha um mínimo de matérias e carga horária a ser cumprido por todos os brasileiros; Língua Portuguesa, Matemática, conhecimento do mundo físico e natural, da realidade social e política, arte e educação física precisam ser contemplados. A História do Brasil deve receber contribuições das diferentes culturas e etnias (indígena, africana e europeia), Língua estrangeira a partir da 5ª série etc.

A LDB também privilegiou a valorização do profissional da educação. No que diz respeito à valorização profissional, entre outros pontos, instituiu que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser de nível superior, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal conforme estabelece a Lei nº 12.796 (BRASIL, 2021).

Prevê ainda que a União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios, em regime de colaboração, devem promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério, conforme parágrafos adicionais incorporados ao artigo 62 da LDB por meio da Lei nº 12.056 (BRASIL, 2021) e que a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério podem utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

O ensino a distância nasce em nosso país paralelo ao ensino formal e convencional, uma vez que tinha como objetivo atender aos alunos situados a longas distâncias geográficas, economicamente e socialmente desprivilegiados.

A educação a distância também atendeu aos cursos orientados de atendimento a jovens e adultos, denominado “Madureza” que ministravam disciplinas dos antigos ginásio e colegial e foi instituído a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Em acordo com o Ministério da Educação (MEC), a TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, produziu o

primeiro curso Madureza Ginásial da TV brasileira, que contou com uma rede de telepostos em vários municípios paulistas. Em 1971, o Madureza foi substituído pelo Projeto Minerva e na sequência, pelo supletivo (MENEZES, 2012).

A educação a distância nas Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB) e nº 5.692, de 15 de agosto de 1971, não estabelecia regras para esta modalidade e sim, apenas abriram brechas para as exceções. Na LDB de 1961, o artigo 104 permitia a organização de cursos e escolas experimentais com autorização caso a caso. A Lei de 1971 mantém o dispositivo anterior e acrescenta ainda que os conselhos de educação poderiam autorizar experiências pedagógicas com regimes diversos.

Somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a EAD vai deixar de ter o caráter de excepcionalidade para ser compreendida como uma modalidade de ensino e aprendizagem.

Para que um curso na modalidade a distância seja implantado, em uma instituição de ensino superior pública ou privada, deverá estar sujeito a um ordenamento legal configurado a partir de exigências que constam na Constituição Federal, e na LDB de 1996, em seu artigo 80, posteriormente, regulamentado por normas específicas. Essas normas definem a necessidade de solicitação de autorização de curso combinada às exigências de credenciamento específico junto à União, para oferta na modalidade EAD.

Com as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas no âmbito da política, da economia, da cultura e, claro, na educação, a educação a distância passa a ser compreendida como uma possibilidade de nova configuração no processo de aprendizagem, acarretando uma nova organização na questão da autorização e gestão de cursos.

A Lei Darcy Ribeiro, nome dado à Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, foi responsável por proporcionar um novo status à educação a distância no Brasil. O artigo 80 estabelece esta modalidade de educação prevendo o credenciamento das instituições pela União; normas para a produção, controle e avaliação de programas, além de autorização para implementá-los a cargo dos respectivos sistemas de ensino, concessão de canais de rádio e TV com finalidades exclusivamente educativas e reserva de tempo mínimo nos canais comerciais.

A regulamentação do art. 80, da Lei Darcy Ribeiro, só aconteceu em 10 de fevereiro de 1998 e foi realizada pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. De acordo com seu artigo 1:

[...] a educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados

em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 2021, s. p.)

Pelo referido decreto, a EAD passava a ter um regime especial, flexível e que abrangia todos os níveis e modalidades de ensino e de educação, menos o mestrado e o doutorado, que seriam regulamentados por legislação específica.

Outro item regulamentado foi a necessidade de credenciamento das instituições de ensino do sistema federal, nas quais, também, se incluem as instituições privadas, assim como a autorização e o reconhecimento de programas de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino, que deveriam seguir as legislações específicas e suas regulamentações, posteriormente fixadas pelo Ministério da Educação.

O Decreto nº 2.494 foi revogado totalmente em dezembro de 2005 pelo então Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, com publicação em 20/12/2005. Nesse interim, surge um decreto com 37 artigos, mais detalhado do que o anterior. Este decreto encontra-se em vigência atualmente com as alterações promovidas pelo Decreto nº 6.303 de 12/12/2007.

Como visto, existe um vínculo com uma Constituição Federal, com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com decretos que a regulamentam. O primeiro passo, no que diz respeito ao processo de implantação de cursos ou programas de EAD, ocorre a partir de estudos por parte do estabelecimento de ensino quanto à viabilidade do projeto em termos legais, políticos, sociais, econômicos e os objetivos do estabelecimento. É preciso observar o marco regulatório e as recentes atualizações legislativas, principalmente quanto à legislação educacional, pois ela interfere na forma como se deve estruturar um projeto de educação a distância. No aspecto político, é importante observar quais são os planos governamentais para a educação a distância, para os níveis de ensino nos quais se pretende atuar ou ofertar cursos. O aspecto social precisa ser estudado para verificar a abrangência da atuação do estabelecimento e, principalmente, ao público do projeto, pois às vezes o projeto pode não atender ao público que se dispõe ou o público não encontra no projeto de oferta de EAD o que precisa.

A proposta de oferta de um curso ou programa EAD pode contemplar as seguintes etapas:

Quadro 2 - Etapas para a oferta de um Curso ou Programa EAD

1ª ETAPA	Estruturação do projeto (O que se pretende ofertar? Qual curso? Em que nível?)
2ª ETAPA	Estudos quanto à legislação relacionados ao projeto
3ª ETAPA	Políticas públicas governamentais relacionadas ao projeto
4ª ETAPA	Aspecto social (a quem se destina, qual a finalidade, qual a contribuição do curso)
5ª ETAPA	Estruturação dos itens necessários ao funcionamento do curso e programa, de acordo com a lei, objetivos e finalidades institucionais, verificação de referências de qualidade, instrumentos de avaliação para fins de credenciamento institucional e de autorização e reconhecimento de curso)
6ª ETAPA	Programação dos investimentos necessários
7ª ETAPA	Revisão do projeto a partir dos impactos gerados a partir dos estudos quanto à legislação, políticas públicas, aspecto social, investimentos necessários e apresentação do projeto internamente para aprovação do órgão interno competente (congregação, conselho de administração, conselho universitário, etc.)
8ª ETAPA	Encaminhamento para aprovação do órgão competente, conforme estabelece o Decreto nº 5.622 (dependendo do tipo de curso ou de instituição, o órgão pode ser o Ministério da Educação, ou Conselho Estadual de Educação, por exemplo)
9ª ETAPA	Acompanhamento do processo perante o órgão e a realização dos investimentos iniciais do projeto, treinamento de equipes, construção de espaços ou ambientes necessários para o curso, aquisição de softwares etc.
10ª ETAPA	Credenciamento pelo órgão competente acompanhado de autorização para oferta de cursos ou programas a distância e credenciamento de polo(s)
11ª ETAPA	Após o credenciamento, serão iniciados outros processos e procedimentos relativos ao funcionamento do curso (contratação de tutores, docentes, técnico-administrativos, serviços adicionais, entre outros)

Fonte: Próprio autor.

É válido observar que a oferta de cursos e programas de educação a distância, para ser considerada válida, necessariamente é precedida pelo credenciamento e autorização pelo poder público. Assim, nos termos do art. 80 da LDB, Decreto nº 5.622, resoluções e portarias, a instituição deve preparar toda a documentação e submetê-la ao órgão competente para aprovação. No caso da Educação Superior, ao Ministério da Educação, no caso da Educação Básica, Ensino Fundamental, Ensino Médio devem ser observadas as regulamentações dos conselhos estaduais e/ou municipais referentes a credenciamento e autorização.

A prática de educação a distância ocorre há um bom tempo, mas a regulamentação e as disposições legais sobre essa modalidade de ensino ainda são recentes. A Lei nº. 9.394/96 tem

cerca de duas décadas de existência e o decreto nº. 5.622, que regulamenta a EAD, é de 2005, com sua última alteração ocorrida em 2007, pelo decreto nº. 6.303.

Para Motta (1997), a EAD no Brasil começou em 1904, quando escolas internacionais anunciaram cursos por correspondência seguidos de programas de rádio educativos. Em 1939, foi oferecido em São Paulo um curso preparatório para oficiais da Marinha pelo Instituto Rádio Técnico Monitor e, em 1941, foi criado o Instituto Universal Brasileiro, um dos mais conhecidos em nosso país e que formou mais de três milhões de pessoas. Em 1947, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e o Serviço Social do Comércio – Sesc –, ofertaram um curso utilizando emissoras de rádio destinado a comerciários. Até a chegada da televisão no Brasil, as formas de educação a distância baseavam-se em correspondências entre a escola e o estudante e em sistemas de rádio.

Ainda, segundo Motta (1997), em 1969 foi criado o primeiro sistema de televisão escolar do Brasil, no Estado do Maranhão, liderado pelo então governador José Sarney. Essa iniciativa visava a suprir a falta de rede pública de ensino para atender a 5ª e 8ª séries do ensino fundamental. A iniciativa foi bem-sucedida e serviu como referência para a organização e formação de várias outras TVs educativas no Brasil.

A partir de 1970, o Brasil criou comissões para discutir a educação a distância. Uma discutiu a criação de uma Universidade Aberta a Distância, muito parecida com a *Open University britânica*. Outras discutiram critérios para implantação da EAD: demanda a ser atendida pela educação a distância, treinamento e formação de equipes multidisciplinares, melhorias nos acervos das bibliotecas escolares, incluindo vídeos, disquetes, incentivo a programas de rádio e TV, apoio financeiro, entre outros.

Paralelamente, incentivou-se a inclusão nos currículos de conteúdos relativos à educação a distância e a oferta pelas instituições de ensino superior de cursos de especialização focados em metodologia de educação a distância.

Na década de 1990, por via televisiva (teleducação), o Ministério da Educação e a Fundação Roquete Pinto (TVE/RJ) criaram um programa denominado “Um salto para o futuro”, objetivando a qualificação de professores do ensino fundamental, substituído posteriormente pelo Projeto TV Escola. Em 1993, o MEC estabeleceu convênio com universidades públicas para estudar uma proposta de educação a distância de nível superior. Muitas outras iniciativas relacionadas a sistemas, projetos e programas contribuíram com a evolução da EAD brasileira.

A comunicação do processo pedagógico começou a migrar do formato assíncrono para síncrono, tornando-se valorizada a interlocução do aluno com os professores e outros atores do

processo de ensino-aprendizagem, ficando o contato mais próximo, acessível e flexível. A legislação também vai, à medida que essas mudanças ocorrem, se adequando a uma nova realidade.

Com a aprovação da Lei nº. 9.394/96, em especial seu artigo 80, inicia-se uma nova fase para EAD, já que a legislação estava mais flexível, com ideias mais amplas e ao mesmo tempo com necessidades de regulamentação. As redes de comunicação entre computadores, a chegada da Internet e sua expansão no Brasil começam a provocar mudanças na forma de realização da EAD, as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC – passam a ser cada vez mais utilizadas no processo.

O quadro 3 resume, em linhas gerais, os momentos da evolução dos métodos e formas utilizadas para o EAD no Brasil:

Quadro 3 - Momentos da evolução dos métodos e formas utilizadas para o EAD no Brasil

Momentos EAD	Métodos / formas utilizadas
1º momento	Imprensa e correios
2º momento	Rádio e TV
3º momento	Teleconferências por áudio, vídeo e computador
4º momento - atual	Aulas virtuais baseadas no computador e na Internet

Fonte: Próprio autor.

A LDB sinalizou em seu artigo 87, que teria como uma de suas metas: “[...]realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando, também, para isto, os recursos da educação a distância.” (BRASIL, 2021). A regulamentação do seu Art. 80 ocorreu apenas dois anos depois de sua promulgação, por meio do decreto nº. 2.494/1998 e da Portaria MEC nº. 301, de 1998, que normatizou os procedimentos para credenciamento de Instituições de Ensino Superior – IES – para a oferta de EAD junto ao Ministério da Educação.

O então decreto nº. 2.494/98 estabelecia o conceito legal de educação a distância e que os cursos seriam organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração. O decreto estabelecia que o credenciamento de IES no sistema federal seria feito segundo regulamentação fixada pelo Ministério da Educação e teria duração de cinco anos, podendo ser renovado, de acordo com a legislação e após avaliação. O processo avaliativo para fins de credenciamento de EAD tomava por base padrões de qualidade elaborados pelo Ministério da Educação com a finalidade de impor um padrão mínimo para as

autorizações e a continuidade de oferta para aqueles que desejavam o recredenciamento pelo poder público.

Alguns outros direitos foram garantidos como o de transferência de curso a distância para presencial e vice-versa, de aproveitamento de créditos (aproveitamento de estudos) e que os certificados ou diplomas emitidos, desde que emitidos por estabelecimentos autorizados pelos sistemas de ensino e atendida a legislação vigente, teriam validade nacional. Já os certificados e diplomas de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras deveriam passar por processo de revalidação, da mesma forma que os cursos presenciais. Por meio do decreto, é delegada a competência ao Ministro da Educação para a prática dos atos de credenciamento de instituições de ensino, nos termos do artigo 80 da LDB.

A Portaria nº. 301 tinha o objetivo de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições nos vários níveis da educação brasileira, regulando principalmente o credenciamento perante a União e deixando para que os sistemas de ensino, em suas competências, credenciem os estabelecimentos para a educação infantil e o ensino fundamental. Assim, as instituições de ensino interessadas em cursos de graduação e educação profissional de nível tecnológico a distância, deveriam pleitear junto ao Ministério da Educação. Já aquelas interessadas em cursos de educação fundamental dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, deveriam encaminhar as solicitações às autoridades integrantes dos respectivos sistemas.

Para obter o credenciamento, previsto no artigo 2º da Portaria nº 301, de 1998, levavam-se em conta os seguintes critérios: breve histórico que contemplava a localização da sede, sua capacidade financeira, administrativa e infraestrutura, denominação, condição jurídica, situação fiscal e parafiscal e objetivos institucionais, inclusive da mantenedora - Qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares: corpo docente e especialistas nos diferentes meios de informação a serem utilizados, e de eventuais instituições parceiras - Infraestrutura adequada aos recursos didáticos, suportes de informação e meios de comunicação que pretendia adotar - Resultados obtidos em avaliações nacionais, quando for o caso - Experiência anterior em educação no nível ou modalidade que se propunha a oferecer.

Ao mesmo tempo que se desejava o crescimento da EAD vislumbrando uma chance de fazer a educação chegar a locais nos quais a educação presencial não tinha alcance, preocupava-se com a qualidade do serviço educacional prestado, dado que a escala alcançada era considerável, assim como os investimentos necessários. A política de avaliação em vigor à época envolvia o Provão (Exame Nacional de Cursos) instituído em 1996 e aplicado aos formandos até 2003; bem como envolvia as visitas às IES e cursos pelas Comissões de

Especialistas do MEC, que passaram a se basear em padrões de qualidade para autorizar, reconhecer ou renovar o reconhecimento de cursos e, também, para fazer o credenciamento e o recredenciamento da IES.

De acordo com a Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998, para todos os casos de credenciamento junto ao Ministério da Educação, as solicitações deveriam ser acompanhadas de documentos institucionais como (BRASIL, 2021):

[...] Estatuto da instituição com o seu organograma funcional, formas de acesso a cargos, atribuições administrativas e acadêmicas; Relação de cursos já autorizados e reconhecidos; Dados sobre o curso objeto da solicitação, como objetivos, estrutura curricular, ementas, carga horária, material didático, meios instrucionais a serem utilizados; Informações sobre a infraestrutura considerando o projeto a ser desenvolvido; instalações físicas para atendimento aos alunos, laboratórios, biblioteca atualizada e informatizada, acervo de livros e periódicos, vídeos, televisão, entre outros. Política de suporte aos professores que atuarão como tutores e de atendimento aos alunos; Indicação de atividades extracurriculares, aulas práticas e estágios; Descrição do processo seletivo para ingresso nos cursos.

Pela Portaria nº. 301, o credenciamento para EAD tinha o prazo de até cinco anos, podendo passar por novo processo, destinado ao recredenciamento.

Já a Portaria nº. 302, de 7 de abril de 1998, normatizou os procedimentos de avaliação do desempenho individual das IES e previu que a avaliação seria realizada pela Secretaria de Educação Superior, no âmbito do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB.

Pelo referido artigo 2º da Portaria nº 302, de 7 de abril de 1998, o processo de avaliação compreendia (BRASIL, 2021):

[...] O processo de autoavaliação, de responsabilidade de cada IES, segundo as orientações do MEC; A avaliação externa, a qual incluía visita in loco, realizada por comissões de especialistas do MEC; A apreciação dos relatórios da avaliação interna e da avaliação externa.

Outra portaria do Ministério da Educação também regulou matéria pertinente ao EAD: a Portaria MEC nº. 641, de 13 de maio de 1999, que dispôs sobre a autorização de novos cursos em faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores em funcionamento. A portaria confirmava procedimento já adotado à época relativo às solicitações de autorização para a criação de novos cursos que deveriam ser feitas ao MEC, por meio do Protocolo Geral. As solicitações deveriam ser acompanhadas de projeto contendo tópicos referentes à IES (BRASIL, 2021):

Denominação e informações de identificação da instituição; Histórico da IES, suas atividades principais e áreas de atuação, bem como descrição dos cursos que já oferecia e da infraestrutura disponível; Formas de participação do corpo docente nas atividades de direção da instituição; Elenco dos cursos da instituição já reconhecidos e em processo de reconhecimento, indicando, para cada um, número de vagas, candidatos por vaga no último vestibular, número de alunos e tamanho das turmas; Planejamento econômico-financeiro da instituição, prevendo a implantação de cada curso proposto, com indicação das fontes de receitas e principais elementos de

despesa; Caracterização da infraestrutura física a ser utilizada para cada curso; Demonstração dos resultados das avaliações da instituição e de seus cursos, inclusive dos exames nacionais, realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto; Documentação relativa à regularidade fiscal e parafiscal.

Alguns cursos tiveram e têm um controle especial do governo até os dias de hoje, é o caso do Curso de Direito (controle exercido pela Ordem dos Advogados do Brasil), Medicina, Odontologia e Psicologia (controle exercido pelo Conselho Nacional de Saúde). Atribui-se a esses controles adicionais a dificuldade de autorização e a oferta de educação a distância para esses cursos.

É interessante observar que os atos de autorização, de reconhecimento de cursos ou de credenciamento de IES têm como fundamento estabelecer no texto legal o local de funcionamento do curso ou da IES, sendo vedada a alteração para outra localidade. Tal uniformização em texto legal ocorre até os dias de hoje e objetiva fazer com que o público tenha a certeza de que o local de oferta de determinado curso ou de funcionamento de determinada IES foi verificado pelo MEC e possui de fato as condições de oferta por aprovadas pelo órgão. Também não é possível transferir o curso de uma IES para outra (entre uma mantenedora e outra) no sistema federal de ensino.

Coadjuvante no processo de introdução cultural da educação a distância nas IES, foi a Portaria nº. 2.253, de 18 de outubro de 2001, pois deu início ao reconhecimento por parte do MEC de que as IES poderiam ofertar até 20% da carga horária de seus cursos na forma não presencial.

O art. 1º previa:

Art. 1º. As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei nº. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. (BRASIL, 2021).

Em todos os casos, as IES possuíam a obrigação de cumprir o que determina o artigo 47 da LDB: ano letivo de no mínimo 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo para os exames finais. Ou seja, mesmo utilizando a forma não presencial, partia-se do pressuposto que o tempo de aprendizagem na modalidade a distância era idêntico à modalidade presencial.

Há uma observação importante na Portaria nº. 2.253 que se refere ao método e às práticas de ensino-aprendizagem, ao recomendar o uso de TIC para realização dos objetivos pedagógicos. Por força do que prevê a Constituição Federal quanto a Universidades e do que a legislação complementar conferiu aos Centros Universitários, estes não precisam de autorização do MEC para ofertar ensino não presencial limitado em até 20% da carga horária

do curso, pois contam com autonomia universitária: basta comunicar as modificações realizadas em seus projetos pedagógicos de curso e enviar ao MEC cópia dos planos de ensino de cada disciplina que utilizasse método não presencial.

As outras instituições que não detinham prerrogativas de autonomia, Faculdades, Faculdades Integradas, Institutos Superiores, deveriam, caso quisessem oferecer parte de seus cursos na forma semipresencial, solicitar pedido de autorização ao MEC.

Regra geral, independentemente de autonomia ou não, a oferta de disciplinas no todo ou em parte no formato não presencial poderia ocorrer somente em cursos reconhecidos. Essa regra ainda permanece em vigor.

A educação a distância foi se aprimorando ao longo desses anos, passando de um processo estático, com pouca mobilidade, para um processo mais flexível, com muita mobilidade. Evoluiu do método por correspondência, depois por radiodifusão, por teleducação, e agora também por internet. Com o uso da informática (redes de comunicação) e das TICs, o processo educativo deixa de ser tão assíncrono e passa a contar com mais mecanismos de aprendizagem síncronos, ou seja, as pessoas passaram a ter condições de se comunicar em tempo real e a educação a distância assumiu outro patamar.

Do ponto de vista legal, a chegada Lei de Diretrizes de Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96, marcou um momento importante para a educação a distância e à medida que a demanda para essa modalidade de ensino cresce, aumenta a necessidade do poder estatal estabelecer limites e procedimentos para que os objetivos educacionais sejam atingidos.

Ao mesmo tempo que se busca estabelecer limites, busca-se dar oportunidades, como foi o caso da Portaria nº. 2.253/2001, que autorizou as IES a incluírem em seus cursos presenciais certo percentual de ensino não presencial.

Não somente ao ensino superior, mas o Decreto n.º 9.057/2017 (BRASIL, 2021), também favoreceu ao ensino básico, quando em seu artigo 2º (BRASIL, 2021), diz que: “Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.”

A introdução das tecnologias da informação e comunicação -TIC's na educação trouxe, de certa forma, uma reorganização no âmbito escolar, principalmente quanto às práticas pedagógicas, ou seja, a didática que muitos educadores estavam acostumados e, agora viram-se diante de uma nova modalidade de ensino chamada de “educação a distância”.

Reorganizar a didática educacional para uma nova modalidade de ensino, implica em refletir sobre os princípios históricos da educação a distância no Brasil. Desafios foram

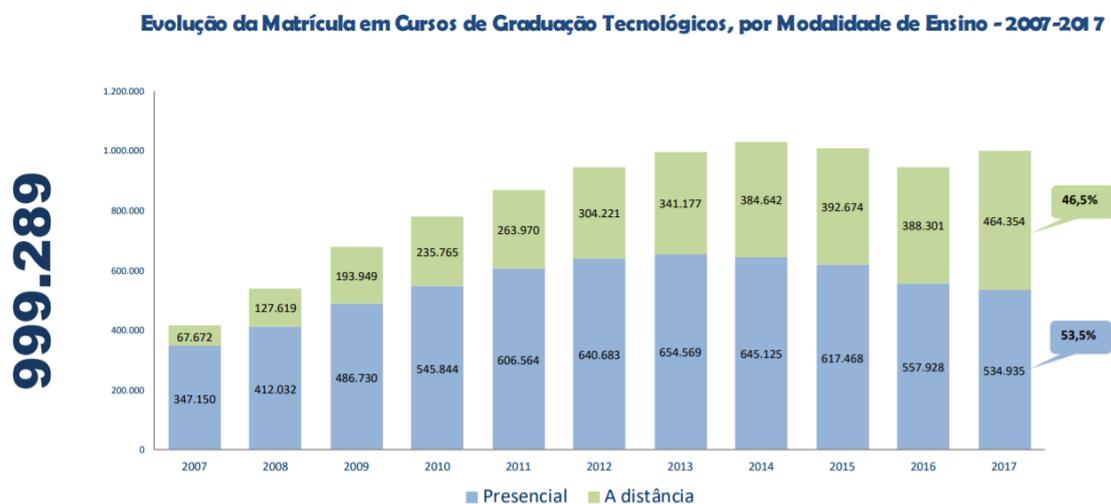
construídos pelos educadores quanto à forma de ensinar, didáticas foram construídas ao longo do tempo e com a evolução das TIC's, ou seja, com estes novos desafios também deverão ser criadas didáticas para contemplar a nova modalidade de ensino. Neste sentido, Anísio Teixeira (2021, p. 10-11), previa uma mudança e apontou a necessidade de educadores buscarem capacitações tecnológicas ao dizer que:

[...] os novos recursos tecnológicos e os meios audiovisuais irão transformar o mestre no estimulador e assessor do estudante, cuja atividade de aprendizagem deve guiar, orientando-o em meio às dificuldades da aquisição das estruturas e modos de pensar fundamentais da cultura contemporânea de base científica em seus aspectos físicos e humanos. Mais do que o conteúdo do conhecimento em permanente expansão, cabe-lhe, com efeito, ensinar ao jovem aprendiz a aprender os métodos de pensar das ciências físico-matemáticas, biológicas e sociais, a fim de habilitá-lo a fazer de toda a sua vida uma vida de instrução e estudos.

Quando o jurista e educador proferiu estas palavras, ele queria dizer que algo novo estava surgindo na área da educação e que seria necessário um olhar diferenciado para a formação dos educadores, principalmente quanto às TIC's. É sabido que a cada dia professores desenvolvem práticas educativas que ocupam cada vez mais espaço no cenário educacional, mas é e sempre foi necessário um respaldo de uma política educacional que norteie esta causa.

Em 2017, ano em que o Decreto n.º 9.057/2017, foi instituído, com forme cita o Senso da Educação Superior/2017 do INEP:

Ilustração 1: Cursos tecnológicos



Fonte: MEC/INEP. (2018, p. 26).

A modalidade a distância passou a representar 7,0% das matrículas de graduação. Isso significa que aumentou a procura pelo ensino superior na modalidade de ensino a distância. Os dados apresentados no senso do INEP indicam que: “[...] em 2017, a EaD aumentou 17,6% e já atende mais de 1,7 milhão de alunos, o que representa uma participação de 21,2% dos alunos

de graduação no país. A modalidade presencial apresenta o 2º ano de queda no número de matrículas.”

O ensino presencial é visto por gestores e educadores como chave essencial no desenvolvimento das capacidades abstrativas do aluno do ensino básico. Tal entendimento torna-se viável, pois o espaço escolar físico favorece a formação básica inicial do aluno. No entanto, os desafios atuais levam a uma educação descentralizada onde é possível envolver ambientes e meios tecnológicos para colaborar na formação do aluno.

Dentro desta perspectiva, os gestores escolares precisam se adaptarem para transmitir o conhecimento com diversas estratégias que possam superar os espaços geográficos, conforme cita o Art. 32, parágrafo 4º da LDB/96: “... 4º: O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.”

A Lei insiste no ensino presencial, para resguardar os aspectos sócio psicopedagógicos do desenvolvimento das crianças e adolescentes. A possibilidade de estudar a distância abre-se em dois casos¹:

- a. complementação da aprendizagem (enriquecimento e aprofundamento do currículo, recuperação e aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, dentre outras. Veja também Art. 24, item V, da LDB;
- b. situações emergenciais, (tais como: falta temporária de professores contratados, crianças e adolescentes hospitalizados e aqueles que estejam morando com seus pais no exterior e não tenham como se alfabetizar em língua portuguesa. Com base em tais premissas, foi proposto um curso a distância de nivelamento em Educação Musical, para atender aos novos alunos de uma escola pública federal, que tem a disciplina de Educação Musical desde os anos iniciais da Educação Básica.

Esses alunos, que ingressaram por concurso para o 7º ano sem aulas de música em seus currículos anteriores, chegaram com uma defasagem significativa de conteúdo em relação aos alunos que estudam na instituição desde o 1º ano. A opção pela modalidade a distância levou em consideração a localização dos alunos em diferentes unidades escolares, com disponibilidade de tempo também variável, além da insuficiência de professores de música em cada unidade escolar para ministrar aulas de apoio presenciais.

Hoje, com a necessidade de isolamento social, devido a pandemia do novo coronavírus, segundo pesquisas realizadas e publicadas nas mídias²: “74% dos alunos da rede pública

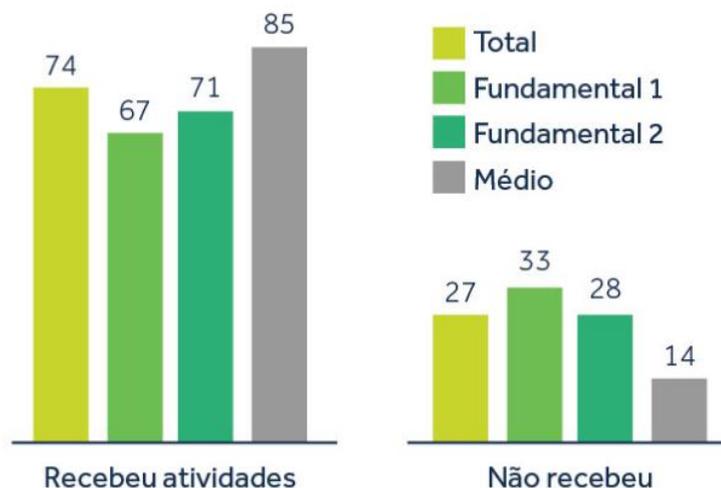
¹BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

² SANTOS, Ana Luiza. Ensino Educação Básica. Correio Braziliense. n.p. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/06/24/interna-educacaobasica-2019,866568/74-dos-alunos-da-rede-publica-recebem-atividades-ead-diz-pesquisa.shtml> Acesso em 22 maio 2021.

recebem atividades EAD, diz pesquisa.” As Instituições de ensino estão se articulando no intuito de oferecer atividades pedagógicas utilizando ferramentas de diferentes formatos.

Ainda, segundo uma pesquisa realizada pelo Datafolha, com o objetivo de fornecer informações às redes de ensino, o gráfico nº X, demonstra que: “[...] 74% dos estudantes das redes municipais e estaduais do país estão recebendo algum tipo de atividade não presencial durante a pandemia. Entre os estudantes do ensino médio, esse número chega a 85%:

Ilustração 2 – Gráfico nº 2 – Pesquisa realizada pelo Datafolha



Fonte: SANTOS, 2021, n.p.

O desenvolvimento ativo da prática de educação a distância no sistema de ensino geral é também confirmado pelos resultados das pesquisas cujos objetivos é identificar a prática de educação a distância nas escolas, tais revisões de informações sobre os recursos educacionais de educação a distância podem ser consultadas por meio da Internet.

A educação baseada na cooperação em rede de várias organizações educacionais também obteve amplo desenvolvimento no sistema educacional geral (nas práticas existentes, pode-se encontrar com mais frequência a cooperação entre escolas da região, universidades e centros de ensino à distância).

Atualmente, no Brasil, existem 93 centros especializados de informação e apoio metodológico em educação a distância para crianças em idade escolar

Após a pandemia, a educação tem passado por muitos desafios e a continuidade da aprendizagem não ficar refém dos esforços individuais dos professores, é necessário um engajamento de toda a rede escolar e das unidades federativas para garantir um ensino de qualidade para os alunos.

Com tal perspectiva, de que o ensino a distância seja prorrogado por um bom tempo, faz-se necessário oferecer capacitação, formação para que os professores estejam sempre preparados e atualizados.

Silva (1991, p.3) ao fazer referência de como ser um bom professor, citou:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – esta repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos.

A formação continuada para os educadores é de suma importância, pois é por meio desta formação que os professores refletem sobre o processo educativo e, ao vivenciar as transformações, o professor pensará em novas estratégias, novas formas didáticas e metodológicas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem com seus alunos.

Da mesma forma, Hypólito (2007, p. 2), salienta que:

Que deve fazer o professor consciente e comprometido com seu trabalho? Investir em sua formação, continuá-la para não frustrar-se profissionalmente, para poder exigir respeito e, mesmo, melhorias salariais. O dia cheio e estafante não reserva tempo para a leitura, o estudo, a preparação de aula. Os cursos propostos, geralmente aos sábados ou em horários impossíveis, não atraem o professor que, ao menos, nos fins de semana, quer ficar com a família e muitas vezes com os cadernos e provas para corrigir.

É necessário utilizar os novos recursos da tecnologia Assim, é necessário buscar caminhos para a autoformação, seja pelos mecanismos públicos e gratuitos, seja pela busca incansável de recursos diferenciados, individuais e autônomos, ou promovidos por instituições, sindicatos, sempre consciente, crítico-reflexiva, interativa e plural, seja pelos 22 vários recursos existentes, principalmente a Educação à Distância, que dá a possibilidade de se estudar em qualquer lugar que se tenha um computador e/ou televisão, além de baratear sensivelmente o custo da formação.

A modalidade do ensino a distância traz a comodidade de se obter uma educação usando computador e tecnologia da informação moderna, que fornecem aos alunos a oportunidade de estudar à distância, sem sair do trabalho ou ir para o Exterior.

Na condição de ensino a distância, o papel ativo do professor não diminui, porque deve determinar o nível de conhecimento do candidato, e decidir sobre ajustar o currículo para alcançar o melhor domínio material aprovado.

A experiência de usar o ensino a distância revelou outra característica, ou seja - uma grande carga na visão devido à necessidade ficar no computador por muito tempo. Portanto, o uso de ensino à distância é obrigatório diversificar suas espécies. Os mais comuns são as

seguintes espécies tecnologias remotas: aulas de bate-papo, que são realizadas de forma síncrona, quando todos os participantes acesso simultâneo ao chat; aulas na web ou palestras à distância, conferências, seminários, jogos de negócios, trabalho de laboratório, workshops e outras formas de treinamento que são realizadas por meio de telecomunicações e outras oportunidades a Internet; teleconferências realizadas com base em listas de mala direta de usando e-mail. Para teleconferências educacionais caracterizada pelo alcance de objetivos educacionais.

2.1.3 Políticas educacionais de ensino a distância

O momento político apresentado por Zuccoli (2009) representa, principalmente, o exercício de dois governantes em nosso País:

- Fernando Henrique Cardoso (de 1/1/1995 a 1/1/2003);
- Luiz Inácio Lula da Silva (de 1/1/2003 a 1/1/2011);

Nesses governos muitos programas foram implantados e permanecem em funcionamento até a atualidade, como é o caso do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES – e do Programa Universidade para Todos – ProunI.

Também, praticamente no início de mandato do presidente Fernando Henrique, teve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9394/96) que representou um grande avanço para sua época e que, também, rompeu alguns paradigmas da educação brasileira.

– Governo Fernando Henrique Cardoso

Pouco antes de ser promulgada a LDB, surgiu a aprovação da Lei n.º 9.131/95, cujo objetivo era alterar a Lei n.º 4024/1961. Sua principal intenção foi fechar o Conselho Federal de Educação, dar mais poder ao Ministério da Educação e criar o Conselho Nacional de Educação.

Também houve mudança na forma de escolha de dirigentes universitários. No caso das instituições públicas passou a ser exigido o título de doutor para os cargos de Reitor e Vice-reitor, os quais deveriam ser nomeados pelo Presidente da República, mediante lista tríplice por colégio eleitoral. As instituições particulares não sofreram alteração, pois já contavam com autonomia para a escolha de seus dirigentes.

A extinção do Conselho Federal de Educação – (CFE) constituiu um momento político importante em nosso meio educacional. No ano seguinte, 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve como uma de suas principais marcas a flexibilidade, bem evidente com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais e a extinção

dos currículos mínimos que determinavam cargas horárias para as matérias que cada um dos cursos necessitava abordar, diferentemente das DCN, cujo enfoque recai sobre habilidades e competências.

Para Zoccoli (2021, n.p.) houve um momento de (re) significação das bandeiras educacionais, fazendo com que algumas mudanças ideológicas ocorressem:

Capacitação dos professores foi traduzida como profissionalização; Participação na sociedade civil com articulação de empresários e organizações não governamentais (ONGs); Descentralização como desconcentração da responsabilidade do Estado; Autonomia como liberdade de captação de recursos; Igualdade como equidade; Cidadania crítica como cidadania produtiva; Formação do cidadão como atendimento ao cliente; Melhoria da qualidade como adequação ao mercado; Aluno transformado em consumidor.

– Governo Luiz Inácio Lula da Silva

O primeiro mandato do Governo Lula é marcado pelo programa denominado Programa Universidade para Todos – Prouni –, que tem como objetivo ocupar as vagas ociosas das instituições particulares e também isentar as mantenedoras do pagamento de impostos.

De fato, as mantenedoras de IES privadas já contavam com isenção de impostos na medida em que exerciam a filantropia concedendo diretamente à comunidade bolsas de estudo em volume e condições diversas. Como se tratava de um benefício fiscal e essa questão não ficava evidente aos olhos da população, a implantação do Prouni manteve o mesmo racional de isenção de impostos em troca de parcela das vagas ofertadas, mas chamou o controle para si da concessão dessas vagas, fincando uma bandeira política importante em um setor nevrálgico para o desenvolvimento do País.

Segundo Bittar (2008), no governo Lula houve uma reestruturação da avaliação realizada pelo MEC (Provão) combinada com a necessidade de implantação de um sistema de avaliação da educação superior, e não apenas dos egressos dos cursos. Esse sistema passou a vigorar no segundo semestre de 2004, intitulado Sistema Nacional de Educação Superior– Sinais –, que expande as perspectivas avaliativas, considerando, também, o processo avaliativo realizado pela própria instituição (auto avaliação) como um de seus elementos.

No campo da EAD, no governo Lula, com as reorganizações da estrutura e das competências do Ministério da Educação, em especial de suas secretarias, foi incluída a possibilidade de regulação e supervisão. A Secretaria de Educação a Distância – SEED –, vigente à época, passou, então, a exercer atividade mais agressiva de supervisão nas instituições de educação superior que estavam credenciadas para a EAD.

Para Chaves (2014), a supervisão desencadeada teve como objetivo garantir o padrão de qualidade para a EAD e que naquele momento teve uma metodologia de avaliação

participativa, com a promoção do diálogo com as instituições. Observou-se nesse período excesso por parte do Ministério da Educação, uma vez que foram utilizados padrões e referenciais determinados pelo próprio Ministério que tinham um único modelo preconcebido de EAD no que compete à estrutura e à organização da EAD, e as IES foram forçadas a se enquadrar em um modelo definido pela SEED.

Muitas IES já vinham atuando na modalidade EAD com base em modelos pedagógicos e metodologias de ensino próprias, algumas, inclusive, com muitos alunos. Todas se sentiram compelidas a se render às exigências e adequar seus modelos de atuação em EAD para evitar entrar em supervisão ou para que conseguissem se livrar desse status a partir da assinatura de termos de ajuste de conduta e outros instrumentos assemelhados, cujo cumprimento era verificado depois de transcorrido um prazo determinado para cada IES e situação.

Alguns exemplos podem ser mencionados. Até 2005 não existia a menção a polo de apoio presencial na legislação, e em 2008 já havia instrumento específico para avaliá-lo. O mesmo instrumento de avaliação passou a incluir como item avaliado coordenadores de polo e muitas IES se sentiram impelidas a contratar esse profissional. O mesmo vale para tutores presenciais e tutores a distância: algumas IES possuíam apenas tutores a distância, outras, somente tutores presenciais, e algumas sequer possuíam esses profissionais, e sentiram-se impelidas a contratá-los.

No tocante à biblioteca, o texto do instrumento exige obras físicas em detrimento às obras digitais, acessíveis por meio de bibliotecas virtuais (e-books, por exemplo), sendo que não há legislação que defina esse assunto. Outra questão particular, feita à época, refere-se à gestão do processo de produção de material didático, cuja exigência passou a ser de produção interna das instituições de ensino, não sendo possível contratar empresas especializadas na produção de material didático para esse fim. Todos esses são exemplos de condutas bem específicas que foram instauradas, principalmente, ao longo de 2008 e 2009 e que dificultaram a concepção, o desenvolvimento e a implantação de modelos de EAD genuínos de cada IES atuante no segmento. As consequências podem ser consideradas estruturais no segmento de EAD.

Atualmente o Sinaes encontra-se em pleno funcionamento, com resultados divulgados ano a ano e ajustes sendo realizados nos instrumentos de coleta de informações, evidenciando um processo de melhoria contínua.

Vale ressaltar algumas considerações sobre ações que envolvem a políticas públicas e EAD, referentes aos dois recentes mandatos: Dilma Vana Rousseff (1/1/2011 a 31/08/2016); Jair Messias Bolsonaro (1/1/2019 -) e

– Governo Dilma Vana Rousseff

Quanto às políticas públicas educacionais no ensino a distância, durante o Governo Dilma (Início em 2011), observou-se que houve uma continuidade nos programas e projetos educacionais, marcados pela visão expansionista de democratização do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva.

No período do Governo Dilma, criou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei n.º 12.513/2011, cuja finalidade era expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica mediada por ações de assistência técnica e financeira. O PRONATEC objetiva:

I- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2021).

Além do PRONATEC, existe um outro projeto que ganhou destaque durante o Governo Dilma, foi Ciência sem Fronteiras. Interessante ressaltar que o ensino a distância, durante o Governo Dilma, não teve muito destaque e as poucas ações, conforme cita Silva e outros (2016, p. 9): “A EaD não aparece nos discursos do Governo Dilma e que as políticas voltadas para essa modalidade de ensino estão voltadas apenas para o Ensino Superior contrariando as expectativas do próprio Decreto que a instituiu.”

Ainda, conforme Silva e outros (2016), no Quadro 1, há uma demonstração do que foi citado pelos autores, quanto a falta de programas e projetos relacionados a EAD, durante a mudança de governo.

Quadro 4 – Políticas Públicas Educacionais

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCAÇÃO		
	LULA - 2003/2010	DILMA – 2011/2014
Sem relação com EaD	Escola de Todos, Bolsa Família, PROJOVEM, Escola de Fábrica, Programas TEC NEP, mulheres Mil, REUNI, ProUNI, Rede Certic, Renapi, Programa Portal do Professor e as políticas de formação humana na área de pesca	Manteve e ampliou os programas iniciados no governo Lula e criou outros: SISU, Fies Pronatec, Proinfância, criadas quatro novas universidades federais: UF Cariri (UFCA), UFSul Sudeste do Pará (Unifesspa), UF Oeste da Bahia (Ufob) e a UF Sul da Bahia (Ufesba), Programa Ciência Sem Fronteiras
Dão suporte a EaD	Programa um Computador por aluno (PROUCA), DVD Escola, Programa Banda larga nas Escolas (PBLE), FUST, os Telecentros, SISTEC, ProInfo.	SEM ALTERAÇÃO
Relação Direta EaD	PROEJA, e- Tec Brasil, Telecurso 2000, Cultura Digital, Tecendo o Saber, Universidade Aberta do Brasil (UAB)	SEM ALTERAÇÃO

Fonte: Silva (2016, p. 8).

– Governo Jair Messias Bolsonaro

Antes da ascensão do governo Bolsonaro, no ano de 2019, Michel Temer, governou no período de 2016 a 2018, período em que a educação a distância começa a acelerar projetos educacionais e, o que era tendência anteriormente, para muitos, passou a se firmar como opção de graduação. A situação da pandemia, causada pelo Covid-19, mudou o cenário do Brasil e do mundo.

Em 08 de abril de 2020, o MEC, iniciou um projeto de incorporação de novas tecnologias dos indivíduos e das Instituições denominado de “Educação no mundo 4.0”. Tal fato se deu pela proliferação, em escala mundial, do novo coronavírus, Covid-19, levando vários setores sociais a remodelarem, com urgência, o calendário escolar. Diante disto, o Diretor geral do Colégio Renascença afirma (PINHEIRO, 2021, n.p.):

[...]com a pandemia do novo coronavírus, a tecnologia se apresenta, sim, como grande aliada no processo de ensino e aprendizagem. Os recursos tecnológicos são ferramentas que estão nos apoiando muito neste momento de crise, nos aproximando dos nossos alunos e de suas famílias, permitindo, neste momento de exceção, prosseguirmos com os processos de ensino e aprendizagem, de forma excepcional [...].

Para além do emprego das novas tecnologias nos sistemas de gestão escolar e a utilização de ferramentas (computador, tablets e outros) para mediar o ensino tecnológico, é necessário que haja uma educação continuada, ou seja, desde a educação infantil à educação superior, permeada por procedimentos tecnológicos que ofereçam condições para a realização do ensino remoto.

No dia da posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, fez algumas considerações, em destaque no Quadro 2, onde descreve metas que envolvem projetos na área educacional.

Quadro 5 – Metas para os primeiros 100 dias do Governo Jair Messias Bolsonaro

Metas para os primeiros 100 dias	
Na quarta-feira (23), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni apresentou 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo. Quatro projetos envolvem a área educacional.	
Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: Agência Senado, (2019, n.p.)

Após esta breve análise sobre as políticas públicas no ensino a distância, em setembro de 2019, o Jornal da USP (2021, n.p.) lançou uma matéria onde fazia menção a um fato que vale registrar nesta pesquisa. O jornal cita a inexistência de políticas educacionais e atribui tal deficiência às desigualdades socioeconômicas e regionais.

Em 2019, dados da pesquisa TIC Educação (do NIC.br) mostravam que havia um percentual baixo das escolas brasileiras preparadas para transição do ensino on-line: 28% das particulares e 14% das escolas públicas. Antes da pandemia, a comunicação entre a escola e a comunidade escolar crescia com as redes sociais on-line, mas estava restrita a websites e blogs. As barreiras identificadas para o ensino remoto estavam ligadas ao acesso da internet e as baixas velocidades de conexão. No Brasil pré-pandemia, 16,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com condições limitadas para a educação remota, sem conexão com internet ou com velocidades de download abaixo de 4 Mbps. Nas áreas rurais, a inadequação da infraestrutura atingia 85% dos jovens dessa faixa etária (4,1 milhões). Para agravar a situação, a maioria das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos não dispunha de computadores em casa, apenas 48% dos professores da rede pública (urbana) de ensino ofereciam conteúdos na internet e 31% afirmavam receber trabalhos ou lições dos alunos pela rede.

Realmente é preocupante essa realidade e, no contexto em que o País está vivendo, com a pandemia do Covid-19, torna-se urgente ações por parte dos gestores públicos e da sociedade

em geral, quanto a criação de medidas adequadas para alavancar recursos de enfrentamento a estas desigualdades digitais.

A realidade é que neste momento difícil, a pandemia faz com que professores e alunos reflitam no processo de ensino-aprendizagem que inclui os desafios de produzir ciência, ou seja a produção acadêmica. Por meio da utilização das tecnologias várias ações e alternativas para o ensino a distância são apresentadas e, além disso, a cada período novas transformações têm surgido.

Conforme citado anteriormente, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, diz que a educação a distância:

[...] caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2021).

No mesmo ano de 2005, criou-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil -UAB, objetivando o desenvolvimento da Educação superior pública a distância, onde divulgam cursos superiores de graduação e pós-graduação favorece o financiamento de materiais bibliográficos e outros apoios para cursos EAD em todo o País.

Na atualidade, a necessidade da formação de um sistema flexível de educação a distância com a ajuda de vários recursos de informação e bancos de dados é patente na sociedade. Tal sistema permite que uma pessoa seja móvel e criativamente ativa. A Educação a distância é uma das áreas de desenvolvimento mais ativo.

Nas últimas décadas, a educação à distância tornou-se um fenômeno global da cultura educacional e da informação, influenciando significativamente a natureza da educação em muitos países do mundo.

O uso de tecnologias de ensino a distância traz neste novo contexto educacional oportunidades de comunicação, um novo nível de interação entre o professor e alunos. Uma personalidade ativa é exigida na sociedade moderna, capaz de navegar em um fluxo infinito de informações, pronto para o autodesenvolvimento contínuo e autodidatismo. Em tal situação, o professor recebe um novo papel - o papel de mediador do conhecimento.

O conhecimento, por outro lado, não atua como uma meta, mas como uma forma de desenvolvimento da personalidade. Meios modernos de telecomunicações na educação a distância traz uma forma interativa de aprendizagem. Os alunos recebem a capacidade de realizar uma comunicação operacional, e o professor – prontamente responde às solicitações dos alunos, monitora e corrige prontamente o trabalho dele.

O uso de tecnologias a distância estimula o professor a autoeducação e autodesenvolvimento constantes. O objetivo de introduzir tecnologias de ensino a distância no sistema aprendizagem é garantir a disponibilidade de educação de qualidade para alunos, independentemente do local de residência, condição social, estado de saúde, et.

A base do processo educacional em EAD é de um trabalho independente intensivo intencional e controlado, ou seja, um aluno pode estudar em um local conveniente para si, de acordo com uma programação individual, com um conjunto de ferramentas especiais, treinamentos e possibilidades de contatar o professor por telefone, e-mail, ou seja, por meio de telecomunicações, bem como pessoalmente. Importante o fato de o sistema de ensino a distância não ter como objetivo substituir, mas complementar o sistema educacional tradicional.

Com a utilização da tecnologia remota, o treinamento oferece amplas oportunidades para a gestão de atividades educacionais escolares, forma um novo personagem de interação entre professor e aluno (parceria, solução conjunta de tarefas educacionais), novas formas de operacionalização, monitoramento de atividades educacionais (consultoria online, revisão de todos os trabalhos de alunos, criação de portfólio eletrônico, entre outras ações).

A educação a distância no ensino básico, requer o máximo envolvimento dos pais. Se os pais trabalham em tempo integral a semana toda, eles simplesmente não terão a capacidade de controlar a aprendizagem e ajudar a criança a dominar novos conhecimentos. Se esta for uma criança deficiente, os pais, na maioria das doenças, necessita estar presente para que a criança possa

Na era das tecnologias, a organização de sistemas remotos nas instituições de ensino, tem movimentado várias instituições a se equiparem com materiais de treinamento e uma equipe de professores de alta qualidade capaz de implementar o projeto adequado.

Por outro lado, os alunos também têm recursos suficientes para dominar o programa de treinamento na especialidade exigida. Existem várias oportunidades de treinamento e capacitação para se ter conhecimento das tecnologias.

Neste período em que há necessidade emergencial, devido a pandemia, é importante refletir sobre a forma que as tecnologias estão sendo utilizadas, pois é necessário que a mediação pedagógica, por meio do professor seja eficiente. As tecnologias, bem utilizadas, podem tornar o contato entre alunos e professores, conforme ocorre no ensino presencial e, além disso, o professor pode aperfeiçoar a didática e tornar a comunicação ainda mais efetiva.

A utilização de estratégias educacionais para facilitar o aprendizado virtual, torna-se necessária para que haja um diálogo entre aluno e professor. Conforme os princípios do

Construtivismo, para Vygotsky (1991, p. 64) o ponto fundamental na construção de conhecimentos é a interação do aprendiz com o meio:

- a) Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. [...]
- b) Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, 5 no interior da criança (intrapsicológica). 9 [...]
- c) A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento.

Segundo essa abordagem, o conhecimento é sempre mediado. Nesse contexto, a linguagem – ou melhor, a fala – é fundamental. Por meio de trocas e interações entre as pessoas, as ideias são explicitadas, as informações são compreendidas e a aprendizagem é construída, beneficiando todos os envolvidos no processo.

As interações permitem a assimilação de informações que serão organizadas internamente, de maneira personalizada. A aprendizagem se dá, portanto, na articulação entre dois momentos distintos: o primeiro, no plano social, pela interação com o meio; o segundo, no plano individual, por processos mentais de organização interna dos conhecimentos.

Vygotsky (1991, p. 57) classifica dois níveis de desenvolvimento intelectual no processo de aprendizagem. São eles: o desenvolvimento real: o que a pessoa consegue fazer sozinha, porque já possui conhecimentos consolidados para a sua realização sem a necessidade de novas aprendizagens e o desenvolvimento potencial: o aprendiz realiza tarefas mais complexas, após a ajuda e orientação de um professor ou por meio de trocas com outros aprendizes.

A distância entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial é chamada por Vygotsky (1991, p. 58) de “zona de desenvolvimento proximal”. Ela se caracteriza pelas interações do aprendiz com os demais participantes do processo de aprendizagem. À medida que aprende, o homem vai tomando consciência sobre seus atos e relações. Seus comportamentos tornam-se culturalmente identificados com um grupo social e são historicamente datados. Suas relações com o meio passam a ser mais abstratas e conscientes e suas reações são cada vez mais controladas e voluntárias, e menos espontâneas.

Vygotsky (1991, p. 53) considera que há uma relação inseparável e hierarquicamente articulada entre aprendizagem e desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento vem sempre após a aprendizagem. A aprendizagem é construída a partir de processos de internalização de novas informações, de acordo com as interações do sujeito com o meio. Já o desenvolvimento é uma relação dialética e caótica que ocorre internamente nas infinitas inter-relações entre os conhecimentos, em permanente construção.

Em síntese, essas abordagens se complementam e contribuem para a incorporação de novas metodologias e estratégias no processo educacional. Elas redefinem as práticas pedagógicas tradicionais, baseadas na memorização e no desencadeamento de ações externas para a aquisição de conhecimentos pelos sujeitos.

A transição para o ensino a distância devido à pandemia tornou-se um desafio inesperado e bastante sério para todos os participantes do processo educacional - educadores, professores, alunos e seus pais. Depois de uma confusão temporária, todos tiveram que aceitar esse desafio e se adaptar rapidamente às novas realidades, mas a questão da educação a distância se tornou muito relevante.

E embora o ensino à distância não seja um substituto para a educação em tempo integral e nunca tenha sido planejado para longo prazo, pode ser uma ferramenta eficaz não apenas durante a quarentena. Os educadores devem estar prontos para organizar essa formação.

Assim, algumas mudanças na prática docente são inevitáveis e necessárias, e nesse processo de transição de nova definição de papéis, professores são convidados para elaborar a concepção e controlar as ferramentas disponíveis nos Ambientes virtuais de Aprendizagem – AVA.

Todos estes fatores necessitam de atenção destacada na formação dos profissionais que atuam como tutores na EAD, exigindo requisitos próprios no que competem a cuidados sobre conhecimentos específicos para lidar com a tecnologia. O professor como mediador do ensino a distância busca adequar os novos recursos tecnológicos às práticas pedagógicas que são específicas e traz um formato diferenciado do ensino presencial.

2.2 A APLICAÇÃO DO CONSTRUTIVISMO NO ENSINO A DISTÂNCIA

As transformações socioeconômicas, sociopolíticas e culturais modernas na sociedade, exigem a formação de uma personalidade autossuficiente, capaz de pensar criticamente, tomar decisões de forma independente e resolver questões sociais e problemas profissionais. Alcançar este objetivo principal da educação requer uma abordagem conceitual para compreender a natureza da atividade cognitiva humana, a essência do processo de aprendizagem. A teoria do behaviorismo, com base na qual se baseia a educação tradicional (obtenção e reprodução de informações prontas).

As ideias do construtivismo foram formadas com base nas realizações de psicólogos proeminentes e professores do passado. Eles são baseados nas disposições de aprendizagem natural e ativa de Comenius; teorias do livre desenvolvimento da personalidade J. J. Rousseau; organização de treinamentos em diversos tipos de atividades práticas, laborais.

O construtivismo caracteriza-se como uma corrente de pensamento que despontou, principalmente no campo das teorias pedagógicas por meio de Jean Piaget (1896-1980) que dedicou sua obra ao entendimento dos processos de aquisição do conhecimento humano.

Existem várias definições para explicar teoricamente as origens do construtivismo e na área da educação leva-se em consideração os estudos de Jean Piaget e de Lev Vygotsky (1896–1934), que são os dois autores mais mencionados como referência do construtivismo.

O construtivismo abrange dois aspectos: o construtivismo cognitivo e construtivismo social. Piaget visava o construtivismo como a forma de “aprender e saber” por meio da perspectiva do indivíduo, ou seja, o construtivismo cognitivo voltado para a mente individual registrando seu domínio à cabeça do indivíduo. Já pela teoria de Vygotsky, estava baseada no construtivismo social, estudando a mente do indivíduo e suas ações na sociedade.

Ao pesquisar sobre a base genética da construção do conhecimento pelas pessoas (Epistemologia Genética), abriu as portas para estudos voltados a este assunto e principalmente abordagens relacionadas à educação.

Neste estudo, construtivismo se identifica com o processo de aprendizagem mediante a participação de alunos, professores e gestores educacionais quanto a construção do próprio conhecimento. Vale ressaltar que o conhecimento e a aprendizagem não têm um fim em si mesmo, ou seja, nunca se deve dizer que completou o ciclo de conhecimento, pois ao aprender algo com as experiências vivenciadas, tem-se sempre algo a renovar e, segundo Piaget (1999, p.40), novas construções são oportunizadas:

Em cada um dos complexos da vida psíquica, quer se trate da inteligência ou da vida afetiva, das relações sociais ou da atividade propriamente individual, observa-se o

aparecimento de formas de organização novas, que complementam as construções esboçadas no decorrer do período precedente, assegurando-lhes um equilíbrio mais estável e que também inaugure uma série de interrupta de novas construções.

O construtivismo aplicado no ensino a distância, embora a expressão “ensino a distância” retome a um pensamento de algo distante, hoje não se pode pensar desta forma porque a junção de metodologias presenciais com as tecnologias digitais são estratégias inovadoras na educação. As tecnologias ampliam as possibilidades de pesquisas e de comunicação entre pares.

A preocupação no construtivismo é a de oferecer oportunidades para que os alunos participem ativamente do processo de aprendizagem e descubram por suas próprias iniciativas os caminhos para aprender, de acordo com os seus estágios de desenvolvimento mental e o contexto social em que atuam. Existem alguns aspectos que explicam estas abordagens teóricas que são: a construção ativa a partir dos conhecimentos preexistentes; a adaptação, a viabilidade e a construção social.

Na primeira abordagem sobre a construção ativa a partir dos conhecimentos preexistentes, Piaget (2007) considera que o conhecimento se constrói na interação do sujeito com a sociedade, ou seja, com o meio em que ele vive.

[...] não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nas características preexistentes do objeto, uma vez que elas só são conhecidas graças á mediação necessária dessas estruturas, e que essas, ao enquadrá-las, enriquecem-nas (PIAGET, 2007, p. 1).

Quanto a adaptação, pode-se dizer que o momento em que se vive, em relação à pandemia e os seus reflexos na educação quanto a adaptação ao ensino remoto, tem levado professor a se reinventarem com uma nova forma de ensinar remotamente. Na verdade, o ensino presencial precisou ser “adaptado” para os meios digitais.

Todo o conhecimento apropriado de forma personalizada pelo aprendiz altera a totalidade da estrutura mental já existente. A construção é um movimento permanente que engloba pelo menos dois movimentos (assimilação e acomodação), produzindo um processo de equilíbrio contínuo (equilibração). O indivíduo modifica o meio e é também modificado por ele. A adaptação intelectual constitui-se então em um “[...] equilíbrio progressivo entre um mecanismo assimilador e uma acomodação complementar” (PIAGET, 1982, p. 18).

Já Vygotsky (1978), desenvolveu a teoria da aprendizagem colaborativa e para ele essa aprendizagem tem suas bases no construtivismo social que, segundo ele, aprender é um processo social e cognitivo, o desenvolvimento não acontece de forma isolada, a pessoa não pode adquirir conhecimento sozinho, isso sempre acontece junto com os outros; ou, o

conhecimento é compartilhado com outros, construída em um processo dialético. Este processo dialético está embutido nele em um contexto cultural com os artefatos resultantes.

A perspectiva de Vygotsky (1978), sobre a aprendizagem, dá forma à filosofia sociocultural, na qual o construtivismo social é central, e é a base da aprendizagem colaborativa. A interação social desempenha um papel extremamente importante nisso. De acordo com ele, um aluno se desenvolve como resultado da participação ativa em interação social com outros indivíduos.

Atualmente, as mudanças no modelo da educação são visíveis e os professores e alunos, além do conhecimento adquirido através da ciência, da sociedade, valores éticos e políticos também há um aprimoramento quanto as mudanças tecnológicas e o desenvolvimento do ensino online. Portanto, professores precisam, estar atentos a estas mudanças. Paulo Freire (2008, p.42) deixa um ensinamento sobre estas questões de adaptação dos professores quando diz que:

A educação em serviço para a formação de professores necessita estar no conteúdo, nos programas e nos métodos dos mesmos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.

Vê-se nestas palavras de Paulo Freire (2008), uma nuance quanto à teoria construtivista de Piaget e, toda esta abordagem torna-se pertinente à temática deste estudo, momento em que se vive uma situação de mudanças e adaptações na educação brasileira em consequência da pandemia do Covid-19 e professores e alunos em nível de mestrado e doutorado necessitam conhecer as multiformes tecnologias aplicadas no ensino a distância e se reinventarem aplicando os seus conhecimentos por meio da produção acadêmica.

Quanto à abordagem teórica de Piaget sobre a viabilidade, Palangana (2015, p. 15), diz que:

Corroborando essa hipótese bergsoniana, Piaget sustentou a viabilidade teórico-metodológica de unir à análise dos fatos a intuição, destacando que um fato seria, antes de tudo, a resposta a uma questão. Os fatos, a realidade, levam o pesquisador à formulação de problemas. Ora, dizia ele, um problema bem formulado chega muito próximo do que os filósofos chamam de "essência". De acordo com Piaget, seria preciso considerar ainda que um fato é uma constatação ou leitura da experiência, não no sentido que lhe empregava o empirismo, mas no sentido em que a leitura da realidade pressupõe uma estruturação do conhecimento, uma série de aproximações que se definem como a conquista da objetividade. Esse trabalho passaria, necessariamente, pelo estudo experimental do sujeito que constata o fato, de maneira a analisar em que incide essa constatação.

Uma estruturação do conhecimento deve ser percebida como viáveis. Ou seja, os aprendizes precisam conhecer a utilidade e finalidade dessas aprendizagens para que possam participar ativamente do processo e aprender. Conhecimentos que escapam da esfera da

compreensão dos aprendizes podem até ser incorporados mecanicamente durante um período curto, mas não são aprendidos de forma significativa e permanente.

Por último, tem-se em Piaget a abordagem da construção social que apesar de cada indivíduo construir o seu conhecimento, o processo de construção é definido pelos componentes socialmente envolvidos. A construção dos conhecimentos é diretamente influenciada pelo ambiente de aprendizagem e nessa perspectiva, o sujeito é dinâmico, estabelece relações de trocas com o objeto, atuando sobre ele, passando de um estado menor de compreensão, para outro de maior elaboração. A constituição da inteligência, nessa perspectiva, não está determinada pela herança biológica ou hereditária, mas por constantes construções do sujeito, mediante a interação que estabelece com o meio.

O Construtivismo, mediante seus fundamentos, tem uma contribuição relevante quanto às práticas de interação virtual e isso se dá em prol da constante atualização que se faz na plataforma digitam, nos ambientes virtuais para adequar à necessidade de cada disciplina, curso ou necessidade do aluno, ou seja está em constante construção e reconstrução. É notável a forma que os programadores conseguem adequar à necessidade de alunos e professores independentemente do tempo e espaço que se organizam. Portanto, a interação entre agentes do processo de ensino-aprendizado, não ocorre somente no ensino presencial, mas no ensino a distância também, só que em um ambiente virtual. Neste sentido, o papel que o construtivismo tem na construção do conhecimento em seu ambiente virtual, colabora para que os objetivos sejam alcançados. Lógico, juntamente com as ferramentas tecnológicas, é possível criar um curso de qualidade, onde a interação entre alunos e professores flui e todos os envolvidos nesta modalidade de educação consigam atingir os objetivos propostos que é o de aprender a aprender, conforme citação de Gotti (2000, p. 6) sobre um documento enviado por Paulo Freire, na época em que foi chamado para secretariar uma instituição em São Paulo: “[...] 6ª - Todos podem conhecer. Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo. Todos nos educamos em comunhão [...]”.

Por meio da interação que cada um faz, é possível construir e reconstruir o aprendizado por meio do ambiente que no caso do ensino a distância, ambiente virtual (AVA).

Por meio de pesquisas científicas, pesquisadores verificaram que o início da história do ensino a distância se encontra em meados do século XIX e a primeira instituição em que foram usados o ensino à distância foi o Instituto de Estudos Estrangeiros de Berlim. A educação nesta instituição, a partir de meados da década de 1856, se deu por meio de correspondência, que mais tarde ficou conhecida como “aprendizagem por correspondência”. Por meio dos correios, o treinamento de alunos foi realizado em um sistema regular de comunicação pública na Universidade de Londres, desde o ano de 1858, cujos candidatos foram permitidos passar em exames para a obtenção de um grau acadêmico.

Em 1856, Gustaf Langenscheidt começou a publicar, em Berlim, as suas cartas em francês. Esta publicação viria a ser o primeiro curso de EAD na Alemanha concentrando-se no ensino de uma língua estrangeira. Em 1895, Simon Mueller publicava cartas que introduziam as áreas do design e da construção. Um ano mais tarde, Mueller cooperava com uma Editora de Berlim, que, dez anos mais tarde, começaria a oferecer disciplinas de EAD com a finalidade de preparar os alunos para o Abitur, o exame final ao nível do secundário (gymnasium) que é também um pré-requisito de acesso à universidade. (STEFFENS, 2021, s.p.)

Não basta um professor dar uma palestra, é preciso garantir a interação dos alunos com o material didático, estimulando-os a compreender novas informações. Portanto, no desenvolvimento de cursos a distância, é necessário proceder não tanto de quais informações devem ser apresentadas, mas de quais conhecimentos, habilidades e habilidades devem ser formados no aluno como resultado do aprendizado.

Construcionismo é a criação de documentos eletrônicos, apresentações, postagens em fóruns, que são um certo resultado e resultado de treinamento. O construcionismo social estende a criatividade individual às interações em grupo - o mais eficaz é o trabalho conjunto em tarefas específicas, no processo do qual há uma troca de ideias e assistência mútua.

No âmbito do construcionismo, argumenta-se que a aprendizagem é muito mais eficaz se o aluno cria algo para os outros, transmite seu conhecimento e experiência. Por exemplo, você pode ler esta seção várias vezes e não se lembrar de quase nada amanhã. Mas se você tentar explicar o que foi dito a outra pessoa, você entenderá e se lembrará melhor do material.

Com o desenvolvimento das tecnologias as demandas do campo educacional, para o uso das TIC's durante as aulas, estão aumentando a cada dia. No entanto, o atual material didático baseado na *web* é, principalmente, centrado no aluno e não é tarefa fácil aplicá-lo diretamente ao campo educacional, porque ele se concentra ou é geral em várias teorias de aprendizagem e modelos de materiais didáticos que formam o eixo principal do ensino aprendido.

A comunicação verbal é uma das características essenciais do ser humano. A educação como uma das esferas práticas dos seres humanos. A língua sempre foi importante no mundo e, em muitos casos, é reconhecida como um meio indispensável de educação. A comunicação

verbal desenvolvida como parte da atividade de educação pode ser denominada como “comunicação educacional”.

O construtivismo é dividido em várias subabordagens baseadas na orientação teórica. construtivismo radical, abordagem sociocultural, construção social construcionismo social, construtivismo de processamento de informação, e sistemas cibernéticos (Gale, 1995). Entre estes, dois representantes do construtivismo e suas teorias, tem-se a epistemologia genética de Piaget e Abordagem Sociocultural de Vygotsky.

A educação provoca uma mudança no nível de conhecimento de uma pessoa, pois a pessoa se dedica a aprender, ou seja, a pessoa passa a compreender um fenômeno que não entendia antes e também capta os significados das palavras que antes não conhecia. Muitas vezes, por meio da educação se adquire certas habilidades que não podiam realizar antes. A princípio, pensa-se logo o seguinte: tais resultados ocorreram porque o conhecimento que existia no professor foi repassado diretamente para o aluno. Tal pensamento, se reforça quando a atividade de educação nunca existiu antes.

Ao se observar apenas os resultados alcançados, pode-se pensar que a educação é um processo de transferência e recebimento de conhecimento. Este reconhecimento é uma combinação das expectativas gerais e da mentalidade do público em geral para a comunicação verbal. Isso ocorre, porque a maioria das pessoas pensam que a comunicação verbal é algo que é um recipiente da linguagem, ou seja, é só colocar o que deseja em um livro e pronto e funciona como um canal de transferência de conhecimento de uma pessoa para outra.

Quando as pessoas produzem um texto, elas colocam seus conhecimentos ou ideias em palavras e, ao utilizar a linguagem e suas variadas formas de linguagem, coloca conhecimento ou emoções. Ela cumpre a missão de entrega da transmissão do conhecimento para o leitor.

O senso comum de que coisas como sabedoria, emoções e pensamentos dentro de uma pessoa vêm e vão por meio da comunicação verbal e este conceito denomina-se “teoria do processamento de informações”. (Shannon & Weaver).

Uma das principais preocupações é o envio e recebimento de mensagens. A comunicação começa com uma fonte. O informante seleciona uma mensagem que consiste em chamadas. O transmissor transmite a mensagem ao receptor através do canal, converte-o em uma série de códigos. O receptor novamente transforma os sinais em uma mensagem.

O transmissor da mensagem se torna a fonte de informação, o órgão vocal se torna o transmissor e o meio aéreo se torna o canal. O ouvido do ouvinte é o receptor, o cérebro da pessoa se torna o destino.

A teoria da transferência de informações é baseada no senso comum de que o conhecimento, na forma de informação, vem e vai por meio da comunicação verbal. A viabilidade da própria atividade de troca de expressões tornou-se um fato inquestionável. Por várias décadas, o modelo de transferência de informações foi aceito como uma teoria da comunicação humana que explica a transferência de conhecimento por meio da linguagem.

A educação é uma atividade profundamente relacionada ao problema da formação do conhecimento. Se a educação é vista em termos de transmissão, a educação é a troca de conhecimentos específicos na forma verbal. As atividades de ensino são como entregar coisas, colocando o conhecimento que receberam de volta em um recipiente chamado “linguagem”.

As atividades de aprendizagem não requerem esforço especial, desde que o aluno ou a pessoa bloqueie seus olhos e ouvidos. É um funcionamento simples, automático e manual garantido apenas pela audição ou leitura de textos. Tais atividades educacionais das escolas começam com os livros didáticos, que são conhecimentos linguísticos, considerados como o conhecimento a ser aprendido com o conteúdo do livro didático.

O conhecimento contido nos livros didáticos é comunicado por professores e alunos por meio do chamado método de memorização. Passa-se pela fase de dar e receber, onde o professor atribui tarefas aos alunos para ler e compreender. Desta forma, muito da comunicação linguística realizada em nome da educação até agora é baseada neste paradigma de comunicação direta. Mas, essa visão da comunicação educacional sofre de graves falhas do ponto de vista construtivista.

Para os construtivistas, a cognição humana está sempre dentro do escopo de reconhecer diferenças no nível de desenvolvimento, ou seja, é a estrutura geral e essa compreensão de conhecimento e cognição é transferível de uma pessoa para outra. A ideia de dar e receber não se sustenta fundamentalmente no pensamento. O fenômeno da comunicação não é o que é transmitido, mas o que acontece com o destinatário, mesmo que haja conhecimento expresso na linguagem, ele só é transmitido à outra pessoa na forma de um estímulo físico, mas no final no final, tem seu significado de acordo com o método de construção de significado de cada pessoa. Cada pessoa interpreta o significado de uma palavra, a intenção e o propósito da palavra falada por meio de sua estrutura de compreensão anterior.

De acordo com Piaget, o pensamento humano não pode ser considerado um produto. A discussão de Piaget sobre a função passiva da linguagem mostra que a linguagem não desempenha um papel significativo na educação. De acordo com ele, no que diz respeito ao desenvolvimento da consciência, a educação é o mesmo que o mecanismo de crescimento

biológico e manejo dos organismos e o mecanismo de cura. É tratado apenas como um de vários fatores.

Tem-se o desenvolvimento do conhecimento que é a transmissão social, ou seja, a transmissão linguística ou transmissão educacional. Esse fator é, obviamente, fundamental. Nenhum dos fatores nega seu papel. Todos eles têm suas próprias funções. No entanto, esses fatores só ocorrem quando as crianças atingem um nível intelectual no qual podem compreender essas informações. Somente por meio da educação ou linguagem dirigida por adultos as crianças podem receber informações valiosas. Por esta razão, não pode ser um fator suficiente de desenvolvimento por si só. Ou seja, para receber certas informações, as crianças devem ter uma estrutura que possa assimilar essas informações.

De acordo com Piaget, o pensamento humano não pode ser considerado um produto. Isso não ocorre apenas no domínio sensório-motor, mas também nos estágios de manipulação do concreto e nas complexidades além dele.

A linguagem pode representar ou comunicar estruturas cognitivas e é considerada como uma ferramenta de doação. Uma estrutura cognitiva particular sempre adquire expressões linguísticas correspondentes e é um pré-requisito essencial para o dano (Piaget, 1964,1969). Piaget argumentou que o desenvolvimento do pensamento é um pré-requisito para adquirir o significado da linguagem.

A discussão de Piaget sobre a função passiva da linguagem, mostra que a linguagem não desempenha um papel significativo na educação e que muitas vezes a escola baseia-se no paradigma da entrega direta. O que ele quer dizer é que esse tipo de comunicação é uma linguagem que não se torna um elemento de desenvolvimento, mas sim uma linguagem que surge como resultado do desenvolvimento.

Deve-se levar em consideração que Piaget seguiu o método educacional tradicional que ele havia imaginado.

2.3 PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ao se falar em processo de aprendizagem entre aluno e professor, logo imagina-se o perfil do professor no ensino a distância, pois trata-se de uma modalidade diferente da conhecida historicamente no cenário educacional, ou seja, presencial. Tem-se que o professor é o elemento central no processo de ensino aprendizagem.

A moderna tecnologia da informação representada pela educação a distância e o desenvolvimento das TIC's têm trazido grandes benefícios quanto a produção acadêmica. O processo de aprendizagem na educação a distância para professores e alunos é mediado pelas tecnologias que permitem iniciar atividades interativas conjuntas. O professor está focado em encontrar os melhores meios para atender às necessidades educacionais dos alunos, em atingir metas específicas de aprendizagem, projetando recursos educacionais eletrônicos e expandindo o conteúdo eletrônico da informação e do ambiente educacional para educação a distância; pressupõe o estabelecimento de interação permanente entre os sujeitos do processo educativo, não limitada pelo espaço e pelo tempo. Neste sentido, ao fazer referência ao papel do professor no ensino a distância, Pesarini (2021, p. 2-3), ensina que:

[...] professor deverá estar comprometido com uma prática que oportunize a vivência da cidadania, da consciência, da criticidade, da ética, da solidariedade, da criatividade, da autonomia, do espírito investigador, para que se consiga propor e participar de ações que possibilitem modificar a realidade atual para o bem comum. Visto que, nesta nova modalidade de ensino, onde a distância perde seu atributo de realidade, para tornar-se um processo relativo, é necessário implementar na consciência deste profissional, a importância fundamental de seu papel, no processo de ensinar. Sendo assim, o perfil ideal, será daquele professor que se consolidará como um agente de ação e reflexão, compreendendo que para alcançar o ideal de homem e de sociedade exige-se uma escolha obrigatória: “O que ensinar”, “Como ensinar”, “Para quem ensinar” e “Por que ensinar”. E, acima de tudo, assumir uma responsabilidade real, de que nessa nova modalidade – a de ensino a distância – o professor é mais do que um orientador, pois ele se torna o ponto de referência, na arte de “aprender”.

No processo de implantação da educação a distância, os professores vivenciam as dificuldades profissionais, ou seja, as contradições percebidas pelo professor causadas pela diferença na posse de métodos e meios de organização do processo educativo nas condições das modalidades tradicional e a distância de sua construção.

Apesar de todo o empenho que se tem observado quanto às práticas educativas que permeiam a educação a distância, ainda será necessário um período para que os recursos de aprendizagem alcancem o domínio das possibilidades tecnológicas na educação a distância, o que permitirá a superação de alguns entraves e/ou quebras de paradigmas existentes.

Para que o processo de ensino-aprendizagem na modalidade EAD aconteça de forma eficaz, é necessário que haja uma relação afetiva entre professor e aluno. O professor precisa reconhecer o seu papel de educador, de responsável por construir o conteúdo, ou seja, o conhecimento gerado.

Neste aspecto é relevante os ensinamentos de Paulo Freire (1996, p. 21) quando aborda a questão da comunicação entre professor e aluno:

Não há inteligência - a não ser quando o próprio processo de inteligir é distorcido - que não seja também comunicação do inteligido. A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico.

O autor quis informar que não basta o professor construir textos para o conteúdo que será estudado, mas além disso buscar compreender se o aluno realmente está conseguindo acompanhar o ensinamento. Quando ele diz que: “[...] produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado [...], o professor deve ter a percepção se o que o aluno está produzindo corresponde com o que está sendo ensinado. Paulo Freire não era contra o ensino a distância e o legado que ele deixou é que deve haver interação e participação entre professor e alunos.

Neste período em que não somente o Brasil, mas todos os países tiveram um aumento do ensino à distância por causa da pandemia do COVID-19, despertou ainda mais a preocupação com as eventuais dificuldades da educação à distância e um deles trata-se do científico. Para o aluno pode-se citar alguns deles: as dificuldades de aprendizagem e a participação limitada quanto as tecnologias.

Quanto às dificuldades de aprendizagem as redes de comunicação em nosso País divulgam que entre as dificuldades há uma que se destaca, trata-se da falta de habilidade dos professores com o ensino na modalidade a distância e vários educadores desconhecem a metodologia da aula remota e com a necessidade, devido ao isolamento social, por conta da pandemia, não tiveram tempo para treinar em ambientes de plataformas virtuais. Uma dessas notícias está na Radioagência Nacional (2021, s.p.), quando professores relatam os desafios no ensino a distância:

Com a disseminação do novo coronavírus, a maioria dos estados brasileiros suspendeu as aulas presenciais e milhares de alunos estão aprendendo em casa. Tanto os estudantes quanto os professores tiveram que se adaptar a essa nova realidade, mas para muitos educadores essa não tem sido uma tarefa fácil. É o caso da Leila Araújo, que leciona numa escola pública no entorno de Brasília. Ela contou um pouco do que vem passando desde a implementação das aulas on-line. Saímos do centro-oeste para

o extremo norte no país. As dificuldades são as mesmas. Dilson Teixeira é professor em Boa Vista e conta que gastou R\$3 mil na compra de materiais didáticos e equipamentos para melhorar a qualidade das aulas que ministra para seus alunos. Mas, ele sabe que muitos colegas não têm condições de investir o que acaba prejudicando o trabalho. O problema da adaptação dos professores ao ensino à distância vai bem além das dificuldades enfrentadas pelos nossos entrevistados. Cláudio Antunes, diretor do Sindicato dos Professores do DF, explica que as universidades não oferecem, em seus currículos, a formação para educação à distância, o que acaba comprometendo o processo educacional em situações como a que estamos vivendo hoje.

Como visto, as dificuldades são transparentes e a formação de professores para a educação a distância está entre estas dificuldades encontradas para realizar a prática pedagógica na modalidade de ensino online.

Não somente aqui no Brasil, mas outros países estão sentindo a mesma dificuldade quanto a preparação de professores para lidar com as novas tecnologias do ensino remoto, como é o caso narrado por Julião (2020, p. 17), após pesquisas realizadas em Angola, sobre as dificuldades do professor para o ensino remoto durante o período de pandemia. O autor relata que:

Das várias opções apontadas pelos professores inquiridos, destacam-se a falta de formação em tecnologias educativas, falta de recursos tecnológicos, falta de internet, falta de condições financeiras e fundamentalmente a falta de habilidades em matérias digitais. Essas informações justificam grande parte dos dados já apresentados, pois a falta desses elementos pode influir negativamente na qualidade dos processos escolares e fundamentalmente das aprendizagens dos alunos. Quando há professores altamente qualificados, enraizados numa cultura colaborativa e apoiados por recursos disponíveis, pode-se transformar o ensino e elevar a educação para o próximo nível.

Além desta dificuldade apontada quanto a falta de conhecimento das habilidades tecnológicas, também alguns alunos correm o risco de não participar ativamente do ensino à distância por falta de recursos ou espaços digitais.

Conforme informação do site da Associação dos Investidores Sociais do Brasil (GIFE, 2021, n.p.):

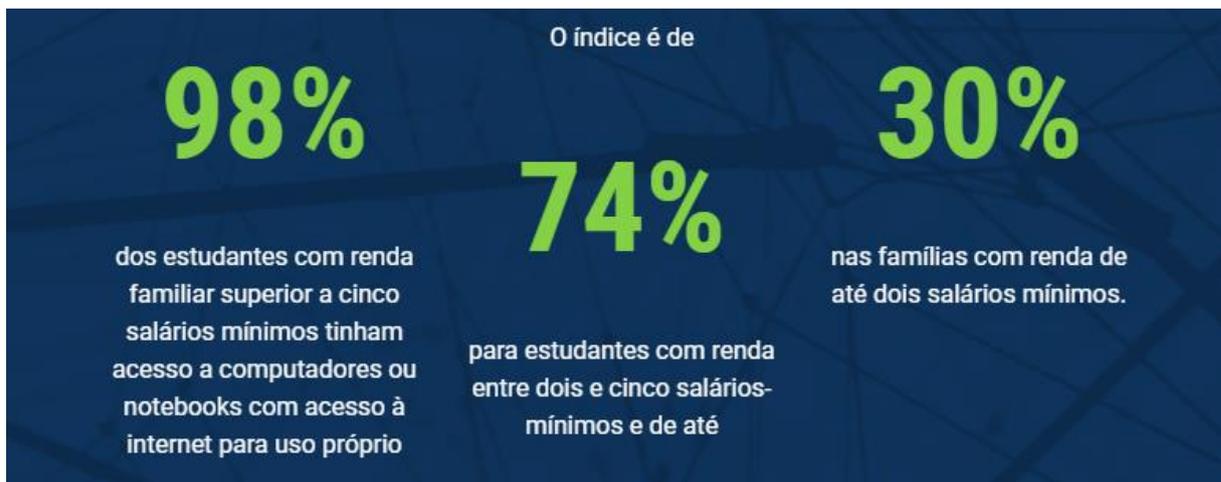
Há um cenário bastante desigual em termos de acesso tanto à tecnologia quanto à conexão. Soma-se à esses desafios, a pandemia que obrigou o fechamento das escolas em mais de 160 países para conter a disseminação do novo vírus, afetando mais de 1 bilhão de estudantes em abril de 2020, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A pesquisa Painel TIC Covid-19 sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia mostra que o celular foi o principal dispositivo utilizado pelas classes D/E (54%) para acompanhar as aulas e atividades remotas. Já nas classes A/B, foi predominante o uso de notebook, computador de mesa (desktop) e tablets (66%). Esses dados conversam diretamente com achados de outras pesquisas, como o estudo Educação Não Presencial na Perspectiva dos Estudantes e suas Famílias, que aponta a relação entre renda familiar e equipamentos usados na educação de crianças e jovens.

Estes desafios são anteriores à pandemia e agravou-se ainda mais com a necessidade urgente de aulas online. Não há como falar em práticas pedagógicas no ensino a distância sem

estar ciente da atual situação da educação de um modo geral, em relação ao acesso às tecnologias.

O resultado da pesquisa realizada pela UNESCO, conforme a GIFE (2021, n.p.) resultou no seguinte percentual:

Ilustração 3 – Educação, pandemia e conectividade



Fonte: GIFE (2021, n.p.)

Cabe ao professor observar estas dificuldades e dar uma atenção extra para estes alunos vulneráveis.

A organização do ensino a distância é um desafio para muitos professores e instituições que necessitam dar condições para que alunos possam alcançar o acesso ao ensino à distância, capacitar professores, monitorar o bem-estar dos alunos, organizar programas de atualização e envolvimento com os pais e a comunidade local etc.

O acesso à tecnologia é essencial, porque o acesso deficiente dificulta o aprendizado do aluno e ele pode acompanhar parcialmente ou não o ensino a distância. Esta carência de acesso à internet, como resultado, leva os alunos a se beneficiarem menos com o ensino à distância do que alunos de famílias promissoras.

As instituições de ensino buscam ajudar os professores a se aprimorarem no ensino à distância, pois os professores e suas ações didáticas são os fatores mais importante no ensino à distância. Muitas escolas investem na capacitação de professores, principalmente na atualidade devido a pandemia,

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2021, s. p.), tomou a iniciativa de abrir 300 mil vagas em cursos virtuais para professores se aperfeiçoarem em prol do enfrentamento do impacto de Covid-19 na área do ensino.

2.4 PRODUÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO A DISTÂNCIA

A pura transferência de conhecimento acontece principalmente na forma de conteúdos produzidos para estudos referentes à área da disciplina do curso escolhido. No ensino a distância, esta transferência se dá por meio do formato digital e muitas vezes adicionalmente também na forma impressa.

Nos últimos anos, houve uma sinergia entre o realismo e o construtivismo em termos da teoria das relações internacionais. Nos últimos anos, houve uma sinergia entre o realismo e o construtivismo em termos da teoria das relações internacionais.

Por meio do Decreto n.º 9.057/2017, o Ministério da Educação e Cultura -MEC regulamentou, em todo território nacional, a Educação a Distância (EaD). Desde então, as instituições de ensino puderam expandir a oferta de cursos a distância.

Tal regulamentação trouxe uma flexibilidade para as instituições que puderam ofertar cursos a distância sem precisar simultaneamente de cursos presenciais como anteriormente era facultativo.

Com esta estratégia, o MEC teve por objetivo ampliar a oferta do ensino superior no Brasil e em consequência as Instituições de ensino passaram a se preocupar com a estrutura física e capacitação dos professores quanto às metodologias de ensino voltadas para a tecnologia. Portanto, nos últimos anos os a produção acadêmica e a gestão das instituições de ensino vêm ganhando importância quanto às pesquisas e análises das atividades científica e suas relações com o desenvolvimento econômico e social do País.

É natural que os principais fatores no desenvolvimento da educação brasileira (caracterizada pela constante modernização) sejam a informatização, a ampliação do espaço informativo e educacional e a implantação ativa do ensino à distância, que permite criar condições para o atendimento da demanda social por preços acessíveis e educação de alta qualidade que atenda aos requisitos de desenvolvimento econômico inovador, necessidades modernas da sociedade e todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, estado de saúde e religião.

Esta temática quanto a produção acadêmica no ensino a distância, veio à luz durante este período de pandemia. Diretores de instituições de ensino buscam alternativas para não deixar seus alunos órfãos do ensino aprendido e contam com a participação de professores, pais e alunos que terão que se adaptarem aos novos formatos de ensino. A teoria, em relação as tecnologias existem, mas a prática precisa ganhar espaço e com esta pandemia pode-se dizer

que professores e alunos tiveram que buscar alternativas pela necessidade, mesmo que sem muita prática, mas fazendo uso de suas curiosidades estão conseguindo se adaptar.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), entrevistou a conselheira da Associação, sobre estas questões de adesão ao ensino online durante o período de pandemia, onde a Sra. Ivete Palange disse que:

[...] existem três grupos de pessoas que buscam por cursos online, com expressivo aumento na pandemia: o primeiro grupo reúne aqueles que buscam melhorar sua formação, com cursos ligados à profissão. [...] Já o segundo grupo reúne pessoas que precisaram descobrir outras formas de renda e, assim, iniciar ou implementar o próprio negócio. “São cursos como confeitaria, Administração e otimização do uso de redes sociais como Instagram.” Conforme a conselheira da Abed, o terceiro grupo congrega pessoas que buscam áreas de conhecimento e assuntos que gostam e têm afinidade, como yoga, pilates, estética, criatividade e autoconhecimento, por exemplo.

Segundo uma pesquisa feita pela jornalista e cronista Kikuti (ABMES, 2021, s.p.), os cursos mais procurados são:

Ilustração 4 – Cursos mais procurados

TOP CURSOS - PRESENCIAL

Enfermagem	11,7%
Administração	9,6%
Direito	9,4%
Psicologia	8,4%
Educação Física	5,6%
Biomedicina	4,9%
Biologia	3,5%
Engenharia Civil	3,1%
Fisioterapia	3,1%
Letras	3,0%
Sistema de Informação	2,6%
Design	2,4%
Nutrição	2,4%
Ciências Contábeis	2,1%
Arquitetura e Urbanismo	1,7%

TOP CURSOS – À DISTÂNCIA

Administração	11,9%
Enfermagem	8,5%
Ciências Contábeis	8,5%
Pedagogia	7,9%
Biologia	5,8%
Nutrição	3,4%
Engenharia Civil	3,2%
Letras	3,2%
Tecnólogo- Informática	3,2%
Educação Física	2,6%
Design	2,6%
Informática	2,6%
Sistemas de Informação	2,6%
Biomedicina	2,1%
Arquitetura e Urbanismo	2,1%

Fonte: Kikuti, (2020, s.p.)

Esta pesquisa foi realizada em todas as regiões do País, com 1.102 pessoas adultas na faixa etária de 17 a 50 anos que demonstraram interesse em realizar curso a distância em período de 18 meses.

A procura por cursos a distância é uma realidade, não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. Logicamente que, com esta pandemia, a procura por cursos a distância teve um aumento significativo por parte daqueles que não fazem objeção em cursos a distância, muito pelo contrário, até valorizam a qualidade do ensino e também por parte daqueles que possuem algum paradigma nesta modalidade de ensino.

O Centro de Pesquisa e Tecnologia – IPEA, publicou um artigo intitulado “A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento”, onde diz que:

Um dos principais motores do avanço da ciência é a curiosidade humana, descompromissada de resultados concretos e livre de qualquer tipo de tutela ou orientação. A produção científica movida simplesmente por essa curiosidade tem sido capaz de abrir novas fronteiras do conhecimento, de nos tornar mais sábios e de, no longo prazo, gerar valor e mais qualidade de vida para o ser humano.

Neste viés, pode-se também pensar na produção acadêmica movida pela necessidade de expressar as experiências, na prática, em relação ao aprendizado com a utilização das novas tecnologias. Vale considerar que, não somente professores do ensino a distância têm experiências para produzir textos acadêmicos, mas os próprios alunos participantes do aprendizado em EaD.

Levando em consideração essas profundas mudanças sociais, econômicas e políticas que as instituições de ensino estão vivendo, é importante considerar o processo de formação dos alunos. É neste contexto que a comunicação por meio da produção acadêmica tem se tornado um desafio para as instituições de ensino e para os professores que precisam colocar suas práticas pedagógicas para funcionar por meio da produção acadêmica. É necessário ter criatividade, colocar o seu conhecimento adquirido em sala de aula para que outros no dia a dia possam resolver os seus conflitos.

Por outro lado, a Instituição de ensino precisa se conscientizar da importância da produção acadêmica como ferramenta do ensino aprendido, como uma extensão da investigação científica.

Mas, estes desafios em momento de pandemia, não param por aí, as dificuldades incluem novas limitações tanto físicas quanto estruturais, incluindo orçamentária.

A produção acadêmica não é somente um componente curricular para uma conclusão de um curso de graduação ou de pós-graduação, mas trata-se da capacidade de pensar de forma

criativa, para construir e expressar suas ideias de forma clara e lógica, apresentar os resultados de seu trabalho criativo na forma de textos acadêmicos.

Lazzarim (2016, p. 11), compara a produção acadêmica como um tecido, acrescentando que:

Etimologicamente, a palavra texto vem de tecer, tecido, trama organizada de fios. Um texto é uma trama escrita ou falada em que os fios são as ideias. Um texto é um tecido de ideias. Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua.

Interessante que na trama do tecido os fios são bem organizados, da mesma forma ocorre quando se escreve uma produção científica, onde existem critérios a serem seguidos para que o leitor possa compreender o que o autor está desenhando naquela trama (texto).

Para produzir um texto acadêmico e/ou um texto científico, é necessário ter criatividade para aprender, se desenvolver em si mesmo.

A definição para criatividade, vem do latim “creo - criar, criar”, ou seja a habilidade de criar, a habilidade de ações criativas que causam uma nova visão incomum de um problema ou situação.

Como dito anteriormente e é uma realidade ainda, a pandemia acelerou o ensino a distância e, neste momento, a criatividade surge e juntamente com ela novos conceitos conexos ao conhecimento científico alusivo à inteligência impulsionaram também o aumento de pesquisas sobre criatividade.

Em Piaget (2001, p. 15), a respeito da criatividade, é sempre derivado da “abstração reflexiva”, pois: “[...] consiste em destacar, das ações ou operações, novos aspectos para deles fazer elementos de uma construção nova, conferindo-lhes uma outra organização”. Piaget (2001, p. 15) ainda acrescenta que:

Existem dois tipos de abstração mental. Uma é a abstração empírica, que segundo Aristóteles ocorre quando a informação é extraída do objeto. [...] Estas noções são extraídas das suas próprias percepções, isto é, são empíricas. [...] A abstração reflexiva, em que não se abstrai dos objetos, mas das próprias ações. Neste caso, o importante é a coordenação das ações com a origem nas próprias ações do sujeito.

Criatividade é a capacidade de responder de forma adaptativa à necessidade de novas abordagens e novos produtos. Essa habilidade também permite que você esteja ciente de algo novo no ser, embora o processo possa ser consciente e inconsciente.

Para se chegar ao atual modelo de oferta do ensino a distância no Brasil, antecedeu-se a quatro fatores primários: a) a escolha da tecnologia ou como agregar diversas tecnologias; b) o modo de organizar didaticamente para ofertar o ensino a distância; c) como sistematizar tal oferta, seja em caráter presencial, em modo remoto (ou em ambos); d) a viabilização da entrega

do conteúdo a ser abordado (material impresso, meio digital, ou em ambos) (FLORES, 2016, p. 2).

Para exemplificar estas escolhas, tem-se o quadro 3, onde Santos (2011), relata essas escolhas em cinco vertentes.

Quadro 6: Modelos de educação a distância usados no Brasil

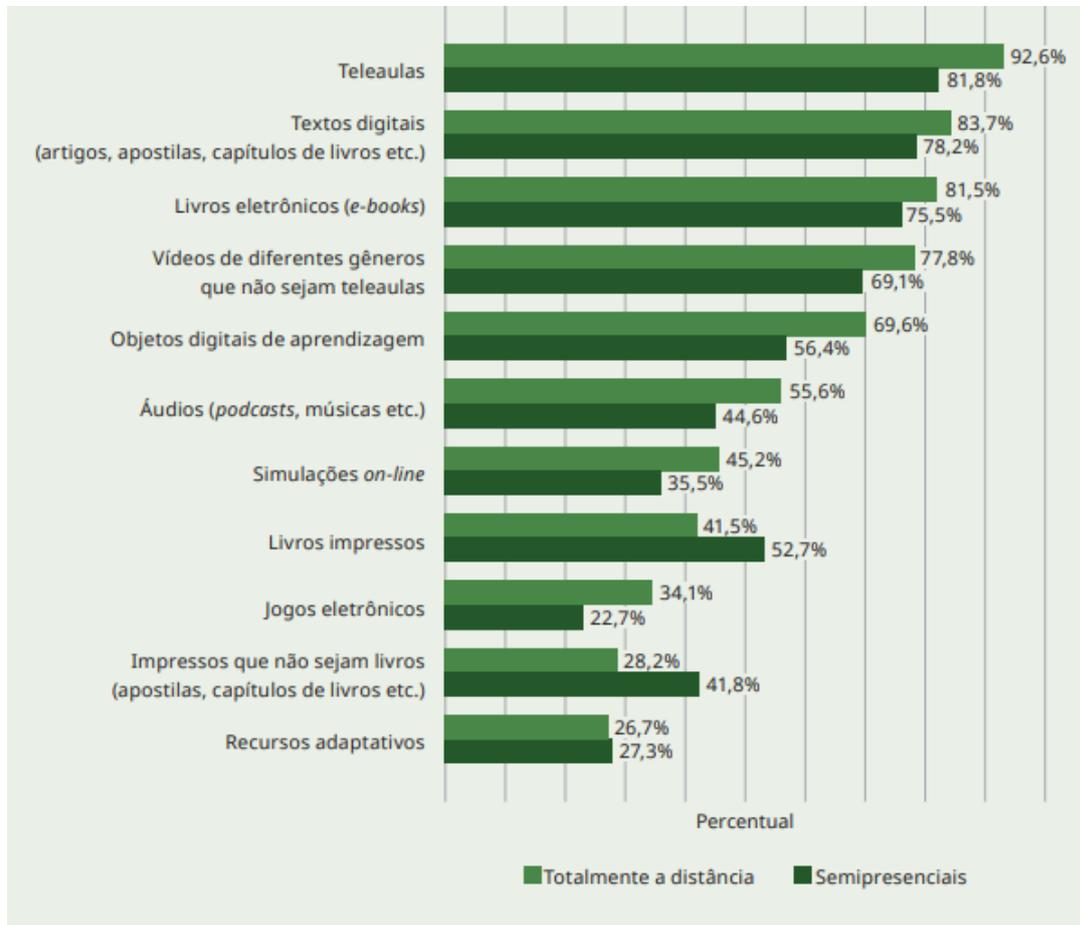
Tecnologia(s) predominante(s)	Modelo Predominante
Material impresso	Tecnologia predominante no início da EAD, nos cursos por correspondência. Ainda é utilizado na maioria dos cursos de graduação a distância, porém, como parte do conjunto de materiais ofertados ao aluno e não apenas como mídia principal. Com o uso de novas tecnologias tende a cair em desuso.
Transmissão por satélite	Tecnologia utilizada a partir da década de 90 para a geração e transmissão de tele aulas ao vivo via satélite pelo docente da instituição (e geralmente responsável por aquela disciplina ou módulo) com recepção em telessalas. No modelo que tem a transmissão por satélite como mídia predominante, geralmente ocorre o suporte de tutoria presencial e <i>on-line</i> aos alunos, com entrega de material didático impresso ou em meio digital (CD). Muito provável o uso da internet como mídia de apoio para tutoria, acesso a conteúdo e realização de atividades avaliativas. Esta tecnologia ainda está presente em alguns modelos de EAD, mas devido ao alto custo da transmissão, bem como da infraestrutura necessária para sua viabilidade, tende a cair em desuso, sendo substituída por outras tecnologias de comunicação via Internet.
Internet	A Internet é a tecnologia mais recentemente incorporada nos modelos de EAD no Brasil. As IES vêm fazendo o uso intensivo desta tecnologia para a oferta de cursos totalmente <i>on-line</i> ou para o apoio de modelos que possuem atividades presenciais e uso de outras tecnologias. Nesse contexto, a Internet é utilizada para o relacionamento dos tutores com os alunos, e destes entre si; uso de Bibliotecas Digitais e envio aos alunos de material didático impresso ou digitalizado. Os docentes e tutores a distância atendem remotamente aos alunos a partir da unidade central da instituição. O uso desta tecnologia tem forte tendência para também com o uso de dispositivos móveis para entrega de materiais digitais e/ou interação.

Fonte: Santos, (2011, p. 28)

A escolha para cada modelo e tecnologia está diretamente ligada à disponibilidade de recursos de cada região e suas Instituições de ensino, bem como seu público-alvo da EAD. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) aceleram os recursos disponíveis para a aprendizagem, o que facilita as estratégias pedagógicas para o atendimento das diversas formas de aprendizagem.

Conforme dados do Censo EAD. BR 2018, a principal escolha da tecnologia utilizada na educação a distância, são as teleaulas e pode-se observar através do Gráfico 3.

Ilustração3 - Gráfico n. 3 - Tecnologias educacionais utilizadas em cursos a distância



Fonte: Censo EAD. BR, (2018, p. 10)

Pode-se compreender que, tanto nos cursos totalmente a distância (92,6%) quanto nos cursos semipresenciais (81,8%). Em média, houve um aumento de 7% de 2017 para 2018, vindo já de uma tendência crescente desde 2015 (Gráfico 2). Vários fatores contribuem para esse crescimento: a evolução de recursos relacionados à acessibilidade; a usabilidade da tecnologia necessária para a criação desses recursos; a intensificação do uso de estratégias como aulas invertidas e outras metodologias ativas; e a tendência à humanização do ambiente on-line. Isso é muito significativo em um país onde em certas regiões só se tem acesso a uma educação de maior qualidade com a ajuda dessas tecnologias. O segundo recurso mais utilizado são textos digitais (artigos, apostilas, capítulos de livros etc.), com 83,7% em cursos totalmente a distância e 78,2% em cursos semipresenciais, mantendo-se relativamente constante nos últimos quatro anos. Textos são utilizados na EAD há muitos anos, sendo um dos primeiros formatos que migraram para o ambiente digital. Exige pouca habilidade técnica e ocupa menos espaço e banda,

Como resultado da implementação sistemática da política estadual, a prática do ensino à distância tem sido amplamente desenvolvida e as condições para a implementação da educação a distância determinam os requisitos específicos para o professor, que deve ser capaz de projetar o processo educacional no contexto da interação em rede com os alunos; formar um ambiente informativo e educacional para a educação a distância; projetar complexos eletrônicos educacionais e metodológicos; gerenciar as atividades educacionais dos alunos remotamente, móvel, levando em consideração suas necessidades educacionais em constante mudança. Enfim, faz-se necessário uma metodologia que possua modelos híbridos, conforme cita Moran (2018, p.1):

A combinação da aprendizagem ativa e híbrida com tecnologias moveis é poderosa para desenhar formas interessantes de ensinar e aprender. A aprendizagem ativa dá ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor; a aprendizagem híbrida destaca a flexibilidade, a mistura e compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias que compõem esse processo ativo.

A necessidade de um professor preparado para novas atividades profissionais, que, no contexto da formação de um sistema de atendimento educacional on-line, terá para cumprir novas funções e ser capaz de resolver novas tarefas profissionais, aumentará continuamente.

A utilização de tecnologias de educação a distância, que objetivam humanizar, individualizar, intensificar o processo de aprendizagem e melhorar sua qualidade, é um verdadeiro recurso para garantir o direito de cada pessoa a receber uma educação de qualidade, proporcionando condições favoráveis ao desenvolvimento. Conforme cita Almeida (2018, p. 17):

Metodologias ativas para uma educação inovadora aponta a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes da cultura digital, cujas expectativas em relação ao ensino, à aprendizagem e ao próprio desenvolvimento e formação são diferentes do que expressavam as gerações anteriores. Os estudantes que estão, hoje, inseridos nos sistemas de educação formal requerem de seus professores habilidades, competências didáticas e metodológicas para as quais eles não foram e não estão sendo preparados.

Hoje é evidente que a educação a distância é o campo da educação que se desenvolve mais rápida e dinamicamente, o que permite criar novos modelos e formas de organização do processo educacional.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a EAD não pode funcionar isoladamente do espaço educacional geral, uma vez que, é ela própria um subsistema, que se constrói de acordo com os mesmos objetivos e conteúdo, princípios didáticos, como educação tradicional em tempo integral. Mas, ao mesmo tempo, difere em meios e métodos, formas de interação

entre os sujeitos do processo educativo, princípios de organização, cuja especificidade se deve ao uso das tecnologias de ensino à distância e as capacidades do ambiente de ensino à distância.

Ressalta-se que nessa interpretação, busca-se destacar não apenas os principais componentes da EAD, mas também refletir suas relações sistêmicas no ambiente informacional e educacional, enfatizando a interatividade, a individualização e a orientação pessoal do processo educacional, como características importantes que determinam as características da atividade pedagógica profissional no processo de educação a distância para escolares, propondo requisitos específicos para o professor, influenciando na mudança das funções da sua atividade profissional e impondo cada vez mais novas tarefas profissionais para o professor.

Obviamente, no processo de ensino a distância, o papel do professor muda significativamente: ele projeta não só o processo educacional, mas também a interação em rede com os alunos; forma um ambiente de ensino a distância, projeta complexos eletrônicos educacionais e metodológicos; gerencia atividades conjuntas de ensino à distância, adaptando-as de forma móvel às novas necessidades educacionais especiais dos alunos etc. Ainda, segundo Coll e Monereo (2010, p.31): “A imagem de um professor transmissor de informação, protagonista central das trocas entre seus alunos e guardião do currículo começa a entrar em crise em um mundo conectado por telas de computador”.

O professor necessita buscar junto a seus pares meios de se posicionar diante desse novo alunado mais informado e informatizado, mas que ainda precisa da mediação e da organização do professor para construir conhecimento a partir da informação e informatização às quais ele tem acesso. Como ressalta Morin (1984, p. 369), “[...] a informação, se não for organizada, não se constitui em conhecimento, não é saber, e não se traduz em poder”. O professor, assim, passa do papel de banco de dados a provocador cognitivo, levando o aluno a desenvolver competências que o tornem crítico e reflexivo.

Como visto, neste capítulo, a produção acadêmica e a gestão das instituições de ensino quanto ao incentivo aos profissionais do ensino a distância, tornou-se um desafio para os profissionais da educação, principalmente com a atual situação, após a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo coronavírus no Brasil, que requer atenção redobrada nas práticas pedagógicas com planejamentos diferenciados do ensino presencial. Menezes e outros (2021) afirmam que o ensino remoto: “[...] exige planejamento e invenção, sim, mas uma educação de qualidade, salvo raras exceções, não se sustenta com improvisação.”

Neste sentido, a análise desta pesquisa buscará compreender a gestão das Instituições de Ensino quanto ao incentivo dado aos professores do Ensino a Distância em suas atividades profissionais quanto à aprendizagem de alunos no ensino a distância.

É necessário fazer uma reflexão sobre as inovações que ocorrem no setor educacional quanto ao ensino a distância, pois tais processos envolvem vários componentes em uma instituição de ensino.

Cada gestor tem a sua postura e conta com a colaboração de uma equipe pedagógica diversificada. Sem contar que deve-se elaborar um trabalho de conscientização para as quebras de paradigmas, pois a metodologia do ensino a distância tem as suas especialidades e requer alguns parâmetros de adequações que para Levy (2003), o êxito de um curso a distância, depende do engajamento dos administradores, professores, alunos e funcionários, além disso, é claro, um bom planejamento quanto aos planos de aula, currículos etc.

2.4.4 A Produção Acadêmica Quanto ao Incentivo ao Ensino a Distância em Curso de Mestrado e Doutorado

Para materializar esta pesquisa, realizou-se as análises das produções acadêmicas elaboradas pelos alunos da área de educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Universidade Federal do estado do Espírito Santo. A pesquisas on-line, buscou por produções acadêmicos referentes ao ensino a distância no período de 2017 a 2010. Optou-se por pesquisar os bancos de dados desta Instituição na área educacional, pois neste cenário onde a prática pedagógica no ensino a distância requer atenção por parte dos profissionais da educação que atuam ou precisam atuar no ensino a distância, tendo em vista a situação em que se encontra a educação neste período de pandemia no Brasil e em outros Países.

Como cita Moran (2003, p. 43):

O professor on-line precisa aprender a trabalhar com tecnologias sofisticadas e tecnologias simples; com Internet de banda larga e com conexão lenta; com videoconferência multiponto e teleconferência; com softwares de gerenciamento de cursos comerciais e com softwares livres. Ele não pode acomodar-se, porque a todo o momento surgem soluções novas e que podem facilitar o trabalho pedagógico com os alunos. Soluções que não podem ser aplicadas da mesma forma para cursos diferentes.

É de se verificar que o ensino a distância deve ser considerado, pelo profissional da educação, como algo desafiador e para colaborar com pesquisas no formato “estado da arte”, serão apresentadas as produções acadêmicas na modalidade do ensino a distância que, segundo Romanowski e Ens, (2006, p. 39):

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Após estas observações, necessário se faz explicar como se deu o processo de escolha dos trabalhos analisados. Conforme citado em capítulo anterior, é patente a necessidade de um professor preparado para novas atividades profissionais, que, na modalidade do ensino a distância serão necessárias novas práticas pedagógicas com a utilização da tecnologia e especificidades que envolvem o ensino remoto.

A pesquisa será realizada no site da Universidade Federal do Espírito Santo. Será realizada uma pesquisa on-line, até porque o momento coincide com a situação em que o País está vivendo com a pandemia do novo coronavírus da Covid-19. Neste sentido, os dados foram organizados em planilhas em Excel e pastas digitais no Google drive, que posteriormente serão transformados em arquivos na versão PDF.

Neste sentido, optou-se por analisar as versões disponíveis no banco de dados da Universidade com acesso on-line. A pesquisa terá uma abrangência temporal dos anos de 2017 a 2020.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA EAD NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Dar aulas à distância, não ver os alunos, não poder explicar pessoalmente e ajudar na hora do problema, são algumas ações que instituições de ensino e professores não conseguiam imaginar que fossem enfrentar tais situações, mas a pandemia do Covid-19, trouxe a necessidade de ajustes inesperados e forçaram todos a dominar com urgência as ferramentas digitais e as novas abordagens e técnicas pedagógicas.

Neste contexto, instituições de ensino e professores precisam se adequar à já utilizada, metodologia de aprendizagem, mas agora de uma forma emergencial. As instituições precisaram se adequar a uma nova estrutura que pudesse ser capaz de gestar de forma adequada esta nova realidade na educação de forma a implantar uma gestão continuada e eficaz que garanta o desenvolvimento do ensino a distância.

Uma gestão acadêmica eficaz, durante o planejamento conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de diferentes áreas atuando em diferentes formas em ambientes virtuais mediados pelas Tecnologias de Informação (TIC's).

O êxito no ensino-aprendizado à distância, é um grande desafio para as instituições de ensino e uma boa gestão estratégica, contribui e muito para que os resultados sejam alcançados. LENZI (2010), explica que o planejamento estratégico é importante para alcançar os objetivos, pois consegue abranger a instituição de ensino como um todo e desta forma desenhar os futuros planejamentos.

Ao compreender a Gestão como necessária, todos os agentes que estão envolvidos neste planejamento precisam ter conhecimento das tecnologias e muitos professores acostumados com o ensino presencial, não conseguiram acompanhar a revolução tecnológica e é neste contexto que surge a gestão da instituição de ensino no apoio a esta formação, capacitação para estes profissionais.

Existem várias maneiras de incentivar a capacitação profissional dos professores, mas muitas delas requer tempo e recursos. A formação de professores na forma de treinamento depende do período de treinamento, tamanho, orçamento, etc.

O desenvolvimento da educação a distância é uma mudança no paradigma da formação de professores. A formação de professores significa que os professores em exercício acrescentarão à sua prática pedagógica aprenderão conhecimento, habilidades e informações para um desempenho eficaz e para aprender seus valores, atitudes e métodos de ensino e aprendizagem.

Em uma gestão no ensino a distância, a gestão administrativa funciona como uma estrutura, ou seja, é necessário um bom planejamento para que possa ser referência nesta modalidade de ensino. Portanto, não é simplesmente uma infraestrutura tecnológica, mas um conjunto de recursos planejados com critérios claros para acompanhar e coordenar cada etapa do projeto.

A educação tradicional está enfrentando sérios desafios na era da educação online, ou seja, a internet invadiu todos os cantos da sociedade sem qualquer hesitação. A própria educação, o surgimento da forma de educação online também deu uma nova visão e espaço para o desenvolvimento do ensino a distância. A sociedade oferece possibilidades realistas; os cursos de pós-graduação, bem como os cursos de graduação e pós-graduação também estão se tornando cada vez mais informatizados.

O material didático é combinado de maneira diferente com as diferentes necessidades e experiências dos alunos, e é conveniente para professores e alunos terem mais intercâmbios e comunicação.

Nas condições da sociedade da informação emergente, quando há um aumento semelhante a uma avalanche da quantidade de conhecimento acumulado pela humanidade, aumenta a intensidade de atualização das informações necessárias para uso nas diversas esferas da atividade humana, há uma necessidade objetiva de desenvolvimento e aprimoramento dos mecanismos de transmissão de conhecimentos que proporcionem a possibilidade de aprendizagem contínua de um grande número de pessoas ao longo da vida, de acordo com as necessidades de cada indivíduo e da sociedade. As novas tecnologias da informação, que causaram a revolução da informação na segunda metade do século 20, deram impulso a um tempestuoso desenvolvimento de métodos de ensino a distância (EaD) e formação do conceito de educação aberta.

O ensino à distância na virada do segundo e terceiro milênios tornou-se um fenômeno global e mudou significativamente a estrutura dos sistemas educacionais em muitos países do mundo. Toda uma indústria de serviços educacionais surgiu e está se desenvolvendo ativamente, unida pela denominação geral “educação a distância”, que impressiona pelo grande número de alunos, pela quantidade de instituições de ensino, pelo tamanho e complexidade da infraestrutura, a escala de investimentos e o giro de dinheiro.

O desenvolvimento da educação a distância é reconhecido como uma das principais direções dos principais programas educacionais da UNESCO “Educação para Todos”, “Educação ao longo da vida”, “Educação sem fronteiras” e a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO 1996-2001. Promover o desenvolvimento da educação infantil definida como uma

prioridade no Artigo 126 do Tratado de Maastricht - do tratado fundador da União Europeia, e a autoridade americana.

A transição da sociedade industrial para a sociedade da informação, leva a mudanças significativas no campo da educação. Nesse sentido, estão ocorrendo no mundo os processos de formação de um único espaço educacional aberto e a transformação gradual dos sistemas educacionais nacionais em um único sistema de educação aberta.

Oferecer oportunidades de ensino superior e aprendizagem ao longo da vida, proporcionando aos alunos o direito à livre escolha de local, tempo e tecnologias de aprendizagem dentro do sistema, juntamente com o desenvolvimento individual e a mobilidade social, permitem a preservação, desenvolvimento e disseminação do nacional e regional, internacional e culturas históricas em condições de pluralismo cultural, para promover a educação dos jovens no espírito dos valores que estão na base da cidadania democrática.

A educação aberta pode ajudar, de forma mais eficaz, a preparar os alunos para a plena participação em público e áreas profissionais de atividade na comunidade da informação moderna.

Um elemento chave do sistema é um ambiente educacional e de informação especializado (IEE), que possibilita a implementação de tecnologias de ensino a distância. O ITS é um conjunto sistematicamente organizado de meios de transmissão de dados, recursos de informação, protocolos de interação, hardware-software e suporte metodológico organizacional, com foco no atendimento às necessidades educacionais dos usuários.

O sistema de educação aberta implementa os seguintes princípios de operação: descentralização, oferecendo instituições de ensino nos níveis federal e regional para resolver de forma independente as questões de organização do processo educacional no sistema, criação de condições para troca mutuamente benéfica de produtos e serviços educacionais.

2.4.1 A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA PARA MESTRANDOS E DOUTORANDOS

A rapidez com que a sociedade do conhecimento tem mudado quanto às ferramentas de produção acadêmica, suas ferramentas de produção e os objetos de produção são constantemente contabilizados pelo conhecimento. Por um lado, com conhecimento e na realidade social que é a principal força motriz, os alunos de doutorado contam com os educados. A produção acadêmica quanto o ensino a distância tornou-se um importante elemento do conhecimento.

Neste sentido, é de grande valia e importância a produção acadêmica por parte de mestrando e doutorando na produção do conhecimento na área da educação.

Esta importância ganhou ainda mais destaque e pode-se dizer até que atualmente está sofrendo uma certa pressão, com a vinda da pandemia que tem dado prioridade ao ensino a distância.

A ciência é um trabalho criativo e árduo. Sob este aspecto o filósofo romano Lucius Hana Seneca ensina que: "Um caminho difícil leva às alturas da grandeza."

O conhecimento científico é baseado em critérios de objetividade, corresponde à verdade, confiabilidade, confirmada pela prática, explica a natureza dos processos e objetos, a lógica de sua existência, não contradiz as disciplinas científicas fundamentais e metodologia da ciência.

Durante o período de estudos, o aluno sob a orientação de um supervisor realiza pesquisas em várias formas. A prática tem mostrado que o trabalho de pesquisa aumenta o interesse pelo estudo das disciplinas gerais e especiais na especialidade escolhida, expande os horizontes científicos, promove a formação de habilidades teóricas e práticas necessárias para um especialista, desenvolve a capacidade de avaliar criticamente as conquistas da ciência. O trabalho científico independente promove o desenvolvimento do pensamento criativo de futuros profissionais e mestres, ensina-os a expressar claramente suas opiniões em público, a defender as posições propostas na polêmica pública.

Em cada etapa da história, a ciência representa o nível atual de consciência das leis da realidade e visa o desenvolvimento e uso das forças da natureza. O propósito aplicado da ciência é obter resultados úteis para a sociedade com base no conhecimento.

O conteúdo do objeto de ciência independe do pesquisador e do procedimento de pesquisa. Por sua vez, o sujeito da ciência é o resultado da interação do pesquisador com a realidade, aquela parte dela, que é alocado pelo pesquisador para tratar de questões científicas

ou tarefas práticas. Portanto, o sujeito da ciência tem um caráter histórico e muda de acordo com as tarefas que se colocam à ciência e à sociedade como um todo. A forma de desenvolvimento e implementação da ciência é a pesquisa científica.

A história mostra que o desenvolvimento de muitas áreas da ciência está associado às atividades das escolas científicas. Estas são comunidades criativas de pesquisadores altamente qualificados dentro de qualquer campo científico unidos, unidade de pensamento científico, ideias e métodos de implementação na solução do problema, bem como abordagens comuns para o estilo de trabalho. Em um sentido amplo, uma escola científica é considerada um conjunto de cientistas que trabalham em um país ou cidade em um campo específico da ciência ou cientistas que aderem a certas posições científicas.

Em geral, pode-se dizer que a escola científica é um sistema estabelecido de visões científicas, assim como a comunidade científica que adere a essas visões. A forma de produção da criatividade coletiva tornou-se necessária para o desenvolvimento progressivo da ciência.

A escola científica está ligada a associações e estruturas científicas e sociais da ciência (disciplina científica, direção científica), organizações (instituto, laboratório, setor, departamento) e outros. É a organização de uma comunicação estreita, constante e informal de cientistas, troca de ideias e discussão de resultados. Em essência, a escola científica é um modelo eficaz de transferência de educação, além do conteúdo disciplinar, das normas culturais e dos valores da comunidade científica da geração mais velha para a mais jovem.

A escola científica pressupõe a existência de uma cadeia: um líder científico - uma instituição de ensino (departamento) - um instituto científico (laboratório) - um colóquio (seminário), em que uma equipe de investigadores funciona de forma produtiva.

Cada escola científica promove o desenvolvimento de novas ideias no campo da ciência. As escolas científicas são caracterizadas pela iniciativa, independência, determinação, presença de um impulso interno de desenvolvimento, estabilidade de crenças, insatisfação com o que foi alcançado.

A autodeterminação científica, a autoidentificação de um membro da equipe, a definição de sua atividade de pesquisa é extremamente importante para uma escola científica.

Um componente necessário da consciência humana é a visão de mundo - um sistema de visões, avaliações, princípios que determinam a visão mais geral, compreensão do mundo, o lugar do homem nele, posições de vida, programas de comportamento, ações das pessoas. O conjunto de conhecimentos, crenças, pensamentos, sentimentos, humores, aspirações, esperanças, unidos na cosmovisão, formam uma compreensão mais ou menos holística do mundo e das próprias pessoas.

Os processos inovadores que estão ocorrendo hoje estão diretamente relacionados às conquistas da ciência e da tecnologia moderna. Eles cobrem cada vez mais novas indústrias e outras unidades estruturais da economia, ao mesmo tempo que atraem cada vez mais países e regiões para a esfera da inovação.

Sistemas inteiros e complexos relacionados à tecnologia da informações foram formados na indústria, e a automação da produção foi amplamente introduzida. As inovações mais importantes dessa etapa foram: o uso da energia nuclear, a exploração espacial, a invenção dos computadores eletrônicos, a criação de reatores nucleares e motores a jato. A produção de alumínio e outros metais e ligas estruturais leves tornou-se a base da metalurgia. A revolução científica e tecnológica está transformando o trabalho agrícola em uma espécie de trabalho industrial. Novos métodos industriais, materiais e estruturas avançados se espalharam pela construção. O campo da pesquisa científica está se tornando uma das mais importantes áreas da atividade humana - a "indústria do conhecimento", tornando-se um ramo da economia mundial.

Percepção das possibilidades das TIC's dá cada vez mais retorno a uma sociedade. Mas, ao mesmo tempo, o progresso nas relações entre ciência e produção é alcançado por meio de dificuldades consideráveis, maior gasto de potencial científico, das forças criativas dos cientistas e dos recursos materiais da sociedade. Assim, a transição das máquinas para outra geração é mais rápida e dá um maior efeito absoluto e relativo (em relação ao valor gasto). Porém, cada uma dessas transições exige uma quantidade maior de pesquisas, trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, uma reestruturação mais profunda da produção.

A classificação das ciências é a identificação da conexão mútua das ciências com base em certos princípios (objetivo, subjetivo, subordinação, etc.) e seu arranjo consistente na forma de um número comprovado de ciências. A necessidade de classificação decorre da necessidade de prática para a organização de trabalhos científicos, atividades educacionais e pedagógicas, bibliotecárias, editoriais, etc.

3 MARCO METODOLÓGICO

3.1 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES

Para dar início à pesquisa e sistematizar as informações, optou-se por pesquisar na área da Educação com ênfase no ensino a distância. A pesquisa foi dividida por categorias de análise. Para tanto, será realizado um levantamento das produções acadêmicas que fazem menção à forma de condicionalidade profissional nas atividades de professores em educação a distância na prática escolar e dentro do contexto da educação a distância (EAD), serão consideradas as seguintes palavras-chave: i- práticas pedagógicas; ii- capacitação e formação docente.

No intuito de organizar as produções acadêmicas pesquisadas, primeiramente será necessária uma organização a partir do ano de defesa e se fará uma análise do sumário e resumo de todas as dissertações e teses para registrar os trabalhos que apresentam produções relativas ao ensino a distância buscando contemplar alguns objetivos desta pesquisa, tais como: práticas educativas do ensino a distância e formação docente.

Será realizado também o mapeamento da quantidade de autores recorrentes das dissertações/teses separadas para pesquisa. Para colher as informações dos autores recorrentes, será feita uma análise na referência bibliográfica de cada trabalho.

3.1.1 Dissertações de Mestrado

Neste sentido, o mapeamento iniciará com a coleta de dados on-line, referente as dissertações de Mestrado em Educação da UFES, onde será representado pelo Quadro 1, informando sobre o total de trabalhos pesquisados (dissertações e teses) e a área contemplada em relação ao ensino a distância, bem como o período da defesa.

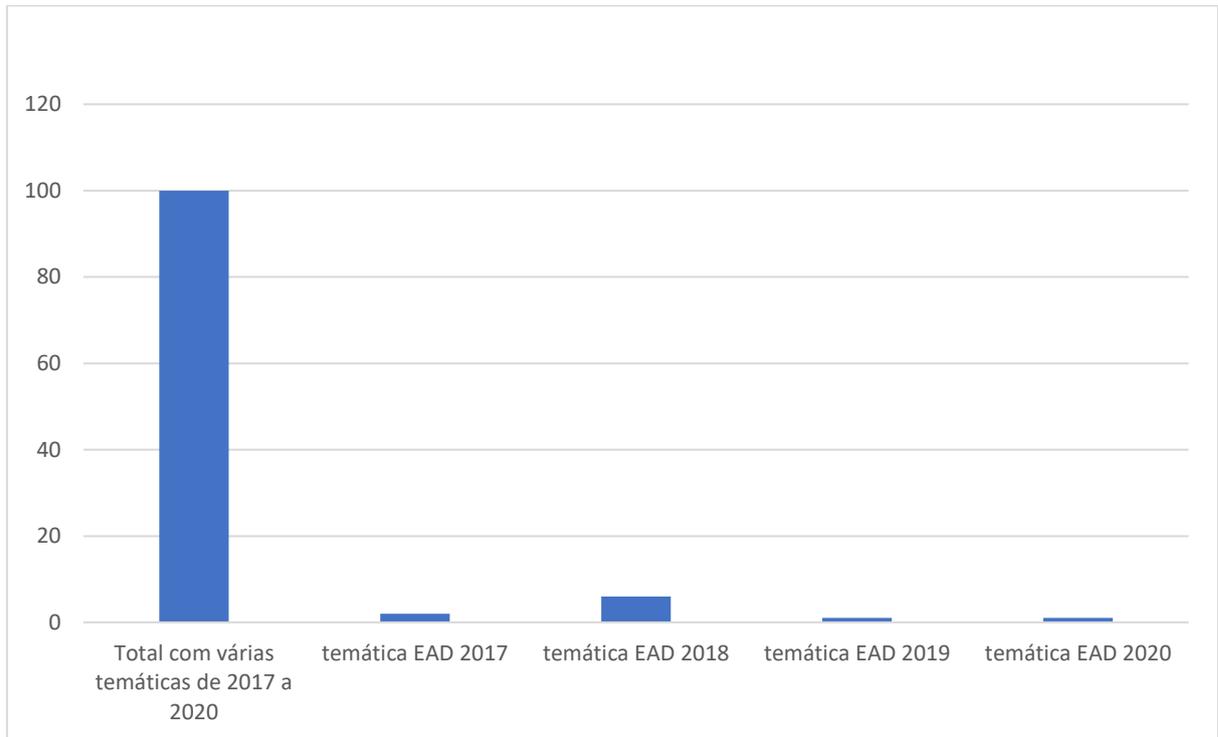
Quadro 1 – Dissertações defendidas de Mestrado Acadêmico em Educação/UFES, durante o período de 2017 a 2020

1. Dissertações Defendidas de Mestrado Acadêmico - EDUCAÇÃO/UFES		
Anos de 2017 a 2020		
ANO	TÍTULO	Data Pub.
2017	A Formação Continuada de Professores na Educação Infantil Diálogos entre a Produção Acadêmica-Científica e a Pesquisa-Formação	24.05.17
2017	Enunciações Docentes Sobre o Brincar nos Processos de Formação Continuada na Educação Infantil	02.05.17
2018	A Integração do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Curso Técnico em Edificações - IFES Campus Colatina	19.04.18
2018	A Trajetória Histórica dos Modelos de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Espírito Santo (1952-2002)	14.06.18
2018	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Análise De Processos Sociais de Egressos do Ensino Superior	28.06.18
2018	Tecnologia Assistiva: o Potencial de Uso do Computador Junto a Uma Professora Especialista Que Atua Em Sala de Recurso Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado	05.07.18
2018	O Trabalho Com a Leitura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Divulgado no "Portal Do Professor" do MEC	30.08.18
2019	Formação Continuada de Professores na Produção Acadêmica Dos Endipes e as Práticas de Formação na Escola: Contextos em Diálogos	26.08.19
2020	Tecnologias Digitais No Ensino E Aprendizado De La: uma análise de conteúdo à luz da teoria crítica da sociedade	30.12.20

Fonte: Própria aluna, (2021).

Para uma melhor visualização quanto à quantidade de dissertações defendidas com temática no ensino a distância, elaborou-se o Gráfico nº 1, onde pode-se visualizar que no ano de 2018 houve uma maior produção acadêmica por parte dos alunos do mestrado em educação.

Ilustração 4 - Gráfico 4 – Dissertações defendidas de Mestrado Acadêmico em Educação/UFES, com temática EAD, durante o período de 2017 a 2020



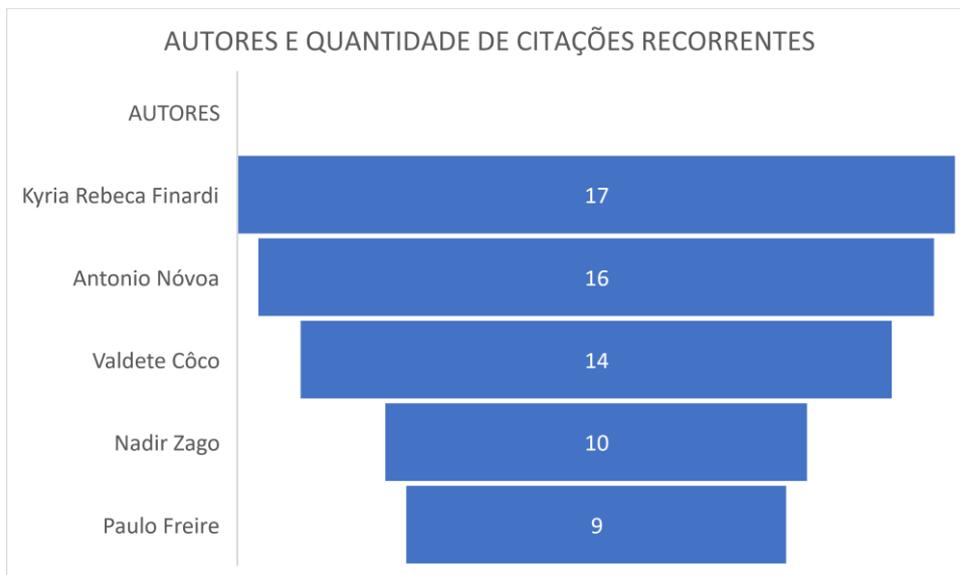
Fonte: Própria aluna, (2021).

Pode-se observar que de um total de 9 (nove) dissertações de mestrado em educação, com a temática em EAD, que foram utilizadas para esta pesquisa, no período de 2017 a 2020, destaca-se o ano de “2018”, com 5 (cinco) produções de conteúdo (Gráfico 1) que dizem respeito ao incentivo às atividades profissionais de professores na aprendizagem de alunos no ensino a distância.

Ainda, no intuito de colaborar com estas informações tem-se o gráfico com a quantidade dos 5 (cinco) primeiros autores recorrentes, que foram consultados durante a construção da dissertação de Mestrado. O levantamento foi realizado através de uma análise da referência bibliográfica das 9 (nove) dissertações de mestrado, objeto de pesquisa para este mapeamento.

Vale lembrar que no Curso de Mestrado em Educação da UFES, durante o período de 2017 a 2020, foram defendidas um total de 100 (cem) dissertações.

Ilustração 5 - Gráfico 5 – Autores de citações recorrentes durante a produção acadêmica em Educação com temática no ensino a distância



Fonte: Própria aluna (2021)

Após analisar cada referência bibliográfica das 9 (nove) dissertações separadas para a pesquisa, pode-se observar que dos 5 autores que mais se destacaram está a autora Kyria Rebeca Finardi³ com 17 citações utilizadas como fonte de pesquisa pelos alunos do curso de mestrado em educação.

³ FINARDO, Kyria Rebeca é professora efetiva da UFES, autora de livros na área da educação, com ênfase na Formação de Professores.

3.1.2 Teses de Doutorado

Quadro 2 – Teses defendidas de Doutorado em Educação/UFES, durante o período de 2017 a 2020

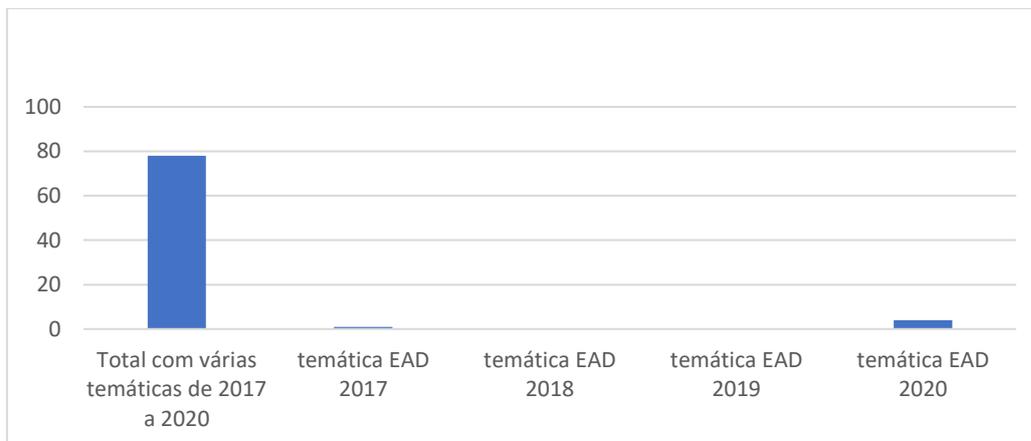
2. Teses Defendidas de Doutorado em EDUCAÇÃO/UFES		
Anos de 2017 a 2020		
ANO	TÍTULO	Data Pub.
2017	A Formação Continuada de Professores na Educação Infantil: Diálogos Entre A Produção Acadêmico-Científica e a Pesquisa-Formação	24.05.17
2020	A Constituição da Docência de Professores de História da Arte do Curso de Licenciatura em Artes Visuais – EAD – UAB/UFES: Diálogos Entre a Modalidade a Distância e a Presencial	27.02.20
2020	Avaliando a Avaliação: Um Olhar Acerca do Enade Pedagogia	03.03.20
2020	Formação Docente na Modalidade a Distância: Encontros, Afetos/Afecções	19.11.20
2020	Cursos On-Line do Programa Escrevendo o Futuro: Vozes Que se Depositam e Que se Calam em Uma Política Pública de Formação de Professores Para o Ensino da Língua Portuguesa no Brasil	16.12.20

Fonte: Própria aluna (2021)

Na pesquisa realizada quanto as teses defendidas no doutorado em educação com temática no ensino a distância, observou-se que de um total de 5 (cinco) teses que foram analisadas, no período de 2017 a 2020, não houve nenhuma tese defendida no ano de 2018 nem no ano de 2019, ficando 4 (quatro) teses defendidas no ano de 2020 e 1 (uma) tese defendida no ano de 2017, conforme demonstra o Quadro 2.

Também fez-se o levantamento através de uma análise da referência bibliográfica das 5 (cinco) teses de doutorado, referente aos autores que mais se destacaram durante as pesquisas realizadas pelos alunos do curso de doutorado em educação na UFES e obteve-se o resultado demonstrado no Gráfico 4.

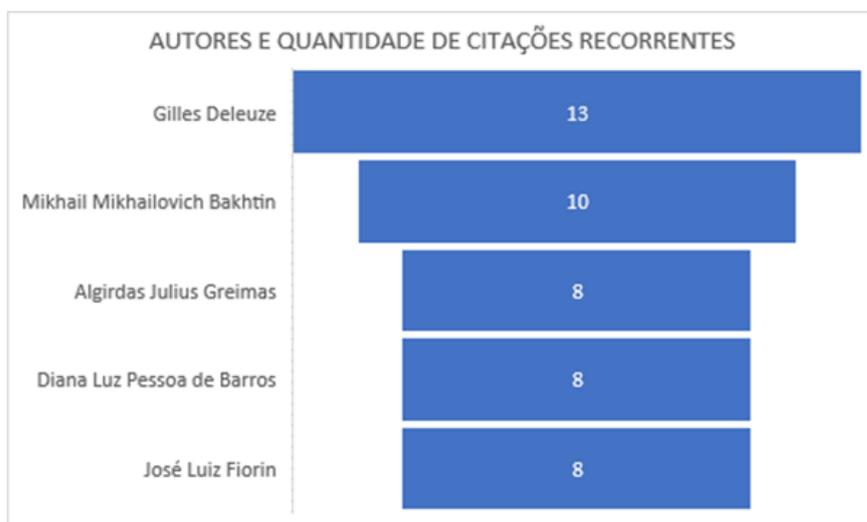
Ilustração 6 - Gráfico 6 – Teses defendidas de Doutorado em Educação/UFES, durante o período de 2017 a 2020



Fonte: Própria aluna (2021)

Já no Curso de Doutorado em Educação da UFES, durante o período de 2017 a 2020, foram defendidas um total de 78 (setenta e oito) teses.

Ilustração 7 - Gráfico 7 – Autores de citações recorrentes durante a produção acadêmica em Educação com temática no ensino a distância



Fonte: Própria aluna (2021)

Após a análise, observou-se que o filósofo francês Gilles Deleuze, mais se destacou como consulta pelos acadêmicos do Doutorado em Educação.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Decreto n.º 9.057/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHAVES, E. Conceitos Básicos: educação à distância. EdutecNet: Rede de Tecnologia na Educação, 1999.

COLE, M., SCRIBNER, S. Introdução. In: VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino.** 2020, Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/o%20impacto%20da%20pandemia%20na%20educa%c3%87%c3%83o%20a%20utiliza%c3%87%c3%83o%20da%20tecnologia%20como%20ferramenta%20de%20ensino.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2021.

DIAS, Diego Figueiredo; GOI, Viviane Marques. **Trabalho de Conclusão de Curso II: Gestão estratégica EAD: Apostila da aula 05 – Aspectos relevantes na finalização do artigo.** São Paulo: SENAC, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: EGA, 1996.

GIFE- Associação dos Investidores Sociais do Brasil. <https://gife.org.br/>>

GOTTI, Moacir. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação.** São Paulo: Centro de Referência Paulo Freire, 2000.

IPEA. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **A ciência e a tecnologia como estratégia de desenvolvimento.** Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/116-a-ciencia-e-a-tecnologia-como-estrategia-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 20. Jun. 2021.

JULIÃO, António Luís. Professores, tecnologias educativas e COVIS-19: realidades e desafios em Angola. **Revista Angolana de Ciências.** 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/335273085.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2021.

LENZI, Greicy Kelli Spanhol. Diretrizes para a gestão de projetos de cursos de capacitação na modalidade de educação à distância. Florianópolis: 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Florianópolis: UFSC, 2010.

NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Disponível em: . Acesso em: 31 março 2011.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

STEFFENS, Karl. IMI.UB. Educação aberta e a distância na Alemanha. Cap. 3. Disponível em: <http://www.lmi.ub.es/teeode/THEBOOK/files/portugue/html/3germ.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Mestres de amanhã. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.40, n.92, out./dez. 1963. p.10-19. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em 19 abr. 2021.

VENTORIM, Silvana. Mediações da formação do professor pesquisador nos Endipes da década de 1980. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: v. 12, n. 37, p. 885-904, set./dez. 2012.

Vygotsky, L. S. (1978). *Mind and society: The development of higher mental processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.